



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUANA ROSA ARAUJO

**ASSENTAMENTO RIO BONITO E O DIÁLOGO DE SABERES: CONTRIBUIÇÕES
DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM UMA ÁREA DA REFORMA AGRÁRIA**

**BRASÍLIA, DF
2025**

LUANA ROSA ARAUJO

ASSENTAMENTO RIO BONITO E O DIÁLOGO DE SABERES: CONTRIBUIÇÕES
DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM UMA ÁREA DA REFORMA AGRÁRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Ambiental, do Campo, Indígena, Quilombola e das Relações Étnico-Raciais

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Castagna Molina

Brasília, DF
2025

AA663aa Araujo, Luana Rosa ASSENTAMENTO RIO BONITO E O DIÁLOGO DE SABERES: Contribuições das Práticas Agroecológicas em uma Área da Reforma Agrária. / Luana Rosa Araujo; orientador Mônica Castagna Molina. Brasília, 2025.

115 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, 2025.

1. assentamento Rio Bonito. 2. diálogo de saberes. 3. ancestralidade. 4. memória. 5. práxis. I. Molina, Mônica Castagna, orient. II. Título.

Luana Rosa Araujo

ASSENTAMENTO RIO BONITO E O DIÁLOGO DE SABERES: CONTRIBUIÇÕES
DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM UMA ÁREA DA REFORMA AGRÁRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Data da defesa: 24 de novembro de 2025.

Banca Examinadora:

Mônica Castagna Molina

Professora Doutora – Universidade de Brasília
Orientadora

Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva

Professor Doutor – Instituto Federal de Brasília
Membro Externo

Regina Coelly Fernandes Saraiva

Professora Doutora – Universidade de Brasília
Membro Interno UnB

Felipe Canova Gonçalves

Professor Doutor – Universidade de Brasília
Membro Suplente

Dedico este trabalho à Comunidade do Assentamento Rio Bonito, especialmente àqueles que resistiram, insistiram e lutaram por uma Reforma Agrária voltada aos interesses dos sujeitos camponeses que ali viveram e deram vida à manutenção da sociobiodiversidade.

Dedico especialmente aos assentados conhecidos carinhosamente como Tio Abadia, Tia Cilina, Tia Darci, Tio Dosreis, Tio Lesbom, Tia Macir, Tia Maria, todos *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Geraldo e Eliene, minha base diária em fortalecimento e pilares em minha vida, agricultores familiares agroecológicos que tanto me inspiram, me ensinam e me impulsionam.

À minha família, que sempre me apoiou e incentivou a voar e viver desafios que me moldassem, enquanto esta jovem do campo viveu e conquistou muito além do que sonhava.

Ao Assentamento Rio Bonito, por toda vivência, partilha e construção.

À Loyanne Káryta, companheira de luta e vivência de Mestrado, irmandade que a pós-graduação me proporcionou e que se tornou essencial no processo de transformação de sujeito em constante evolução, me mostrando que menos às vezes é mais e que a essência está na simplicidade e significância dos detalhes.

À Turma da Mônica, especialmente as(os) companheiras(os) Alessandra, Cleide, Diana, Elizana, Fernanda, Jucilene, Karla, Leuzilda, Lívia, Márcia, Maria Lucimar, Railson, Pedro Henrique, Vanilson e Wanderleia, que muito me ensinaram dos vários processos formativos e construtivos.

À banca composta por pelos Professores Doutores Felipe Canova, Regina Coelly Saraiva e Vicente Virgolino, por toda a contribuição que ofertaram no desenvolvimento e construção da pesquisa.

À minha orientadora Profa. Dra. Mônica Castagna Molina, que me acolheu, apoiou e incentivou a vivenciar a essência do processo formativo e mostrar que a realidade do campesinato é transformadora, essencial e única na construção e desenvolvimento sustentável. Ela me mostrou de forma leve que o processo de pesquisa não precisa ser dolorido, que a equipe de trabalho se torna parte da família, um auxiliando o outro e se tornando rede de apoio nesse processo tão desafiador que é o Mestrado. Por ser parte do processo que me molda enquanto sujeito assentado da Reforma Agrária, fruto das possibilidades de políticas públicas e direitos humanos em ação, voltado à realidade do campesinato, educação popular e do campo, que me impulsionaram a consciência de me perceber sujeito crítico, inquieto e guardião de narrativas que constituíram o processo histórico de construção do Assentamento Rio Bonito.

À LEdoC, por toda vivência, aprendizado e possibilidades.

Ao Projeto Observatório das Margaridas, por toda construção e partilha.

À CAPES, que me possibilitou o apoio financeiro da bolsa de demanda social e que foi parte estruturante da minha permanência durante o processo transformativo da pós-graduação.

*Se nossa opção é progressista,
se estamos a favor da vida e não da
morte,
da equidade e não da injustiça,
do direito e não do arbítrio,
da convivência com o diferente e não de
sua negação,
não temos outro caminho senão viver
plenamente a nossa opção.*

Paulo Freire – Nossas escolhas

RESUMO

Esta dissertação versa sobre o Assentamento Rio Bonito, uma área de Reforma Agrária, e objetiva compreender, a partir das histórias de vida, narrativas dos participantes da pesquisa, os saberes e fazeres presentes na comunidade, desde experiências individuais e coletivas, lutas, desafios em busca de acesso à terra e uma agricultura sustentável no contexto de resistência. O trabalho utiliza pesquisa qualitativa, associada ao método de histórias de vida e diálogo de saberes dos assentados que vivenciaram e vivenciam as transformações presentes no Assentamento, identificando a importância da Reforma Agrária Popular para os sujeitos locais e o papel na transformação social e tomada de consciência de cada sujeito assentado, alcançando o direito à terra, água, e soberania alimentar. Essa abordagem possibilitou a produção de dados descritivos a partir do contato direto da pesquisadora com os fenômenos sociais e o próprio contexto dos sujeitos da realidade do Assentamento Rio Bonito, compreendendo amplamente as diferentes situações e realidades interconectadas com a luta pelo acesso à terra e a resistência na permanência com sustentabilidade. Portanto, as histórias e narrativas dos sujeitos da comunidade evidenciam experiências, compreendendo em que medida as histórias de vida dos indivíduos pertencentes ao Assentamento Rio Bonito demonstram as experiências individuais e coletivas, na luta por terra e Agroecologia. A Reforma Agrária Popular caracteriza-se como uma política complexa que não deve ser compreendida apenas como a distribuição de terras, mas como um programa completo que beneficia os trabalhadores rurais e possibilita, além da posse da terra, condições de sobrevivência. Por conseguinte, esta dissertação visualiza parte do resgate da construção histórica que fundamentou e fundamenta a comunidade desde antes, durante e atualidade, mostrando a dimensão social, a auto-organização do trabalho como princípio educativo e as raízes e pilares da existência de Reforma Agrária Popular, massiva e ampla.

Palavras-chave: Assentamento Rio Bonito. Agroecologia. Diálogo de saberes. Ancestralidade. Memória.

ABSTRACT

This dissertation addresses the Rio Bonito Settlement, an area of Agrarian Reform, and aims to understand, through the life stories and narratives of the research participants, the knowledge and practices present in the community, from individual and collective experiences, struggles, and challenges in the pursuit of access to land and sustainable agriculture within a context of resistance. The work is based on qualitative research, associated with the life history method and dialogue of knowledge among the settlers who have experienced and continue to experience the transformations present in the settlement. It identifies the importance of Agrarian Reform for local subjects and its role in social transformation and the awareness of each settler, thus accessing the right to land, water, and food sovereignty. This approach allowed for the production of descriptive data from the researcher's direct contact with social phenomena and the context of the subjects within the Rio Bonito Settlement. It broadly encompasses the different situations and realities interconnected with the struggle for access to land and resistance in maintaining sustainability. Thus, the stories and narratives of the community's subjects reveal experiences, understanding to what extent the life stories of individuals belonging to the Rio Bonito Settlement demonstrate individual and collective experiences in the struggle for land and agroecology. Agrarian Reform is characterized as a complex policy that should not be understood merely as the distribution of land, but as a complete program that benefits rural workers and provides, in addition to land ownership, conditions for survival. Therefore, this dissertation visualizes part of the recovery of the historical construction that has underpinned and continues to underpin the community from before, during, and to the present, showing the social dimension, the self-organization of work as an educational principle, and the fundamental pillars of the existence of a massive and broad Popular Agrarian Reform.

Keywords: Rio Bonito Settlement. Agroecology. Dialogue of knowledge. Ancestry. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Assentamento Rio Bonito	655
Figura 2 – Fornalha	766
Figura 3 – Natureza	777
Figura 4 – Semente crioula de arroz	788
Figura 5 – Mandioca em fase de processamento	79
Figura 6 – Quintal produtivo	800
Figura 7 – Soberania alimentar	82
Figura 8 – Diversidade	83
Figura 9 – Agricultura familiar camponesa	83
Figura 10 – Auto-organização do núcleo familiar	85
Figura 11 – Natureza em sua virtude	86
Figura 12 – Milho verde <i>in natura</i>	87
Figura 13 – Semente crioula de feijão	89
Figura 14 – Frutas orgânicas	90
Figura 15 – Cebolinha branca e roxa	91
Figura 16 – Os muros que nos cercam	92
Figura 17 – Quintal produtivo	93
Figura 18 – Produção de açúcar mascavo	94
Figura 19 – Sabores	95
Figura 20 – Produção orgânica	96
Figura 21 – Açúcar mascavo	977
Figura 22 – Banana orgânica	988
Figura 23 – Milho assado na brasa	999
Figura 24 – Horta orgânica	100
Figura 25 – Café torrado	1011
Figura 26 – Laranja	1022
Figura 27 – Soberania alimentar, as possibilidades do quintal de casa	Erro!
Indicador não definido.4	
Figura 28 – Soberania alimentar, as possibilidades do quintal de casa	Erro!
Indicador não definido.4	

LISTA DE SIGLAS

ASPASO – Associação Dos Produtores do Assentamento Órfãos

CCU – Contrato Concessão de Uso

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

ENAFOR – Encontro Nacional de Formação

ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG

FETADFE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal Entorno e Nordeste Goiano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

MEMORIAL	14
1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Objetivo geral da pesquisa	25
1.2 Objetivos específicos da pesquisa	25
1.3 Justificativa	26
1.4 Metodologia	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 As mulheres têm papel fundamental nessa construção	36
2.2 As agricultoras são as guardiãs da sabedoria popular e ancestralidade	37
2.3 As lutas pela Reforma Agrária Popular, a Agroecologia e a Educação do Campo ...	47
2.4 A Reforma Agrária Popular	49
2.5 As lutas pela Agroecologia	551
2.6 As lutas pela Educação do Campo	55
2.7 Intersecção	58
2.8 O MST e a função social que objetiva a Reforma Agrária Popular	60
3 A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO RIO BONITO CONTADA E REGISTRADA POR SEUS PROTAGONISTAS	63
3.1 A criação do Assentamento	68
4 O DIÁLOGO DE SABERES: AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DOS ASSENTADOS DO RIO BONITO E OS ACÚMULOS PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	74
4.1 Do viver ao fazer, do fazer viver	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1055
REFERÊNCIAS	1088
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	1133
APÊNDICE 2 – QUESTÕES NORTEADORAS	1144

MEMORIAL

*Sem a curiosidade que me move,
que me inquieta, que me insere na
busca, não aprendo nem ensino.*

Paulo Freire

Plantadeira

*Eu vim do corpo da minha mãe
Ela me deu semente boa
Nutri meu corpo
Espalha-se benção
Sou plantadeira de semente boa.*

Isadora Canto

Nasci em Niquelândia, Goiás, onde vivi durante os meus primeiros anos de vida. Meu pai sempre trabalhou na roça de serviço braçal, então toda a família o acompanhava pelas fazendas durante as empreitadas. Em 1999, mudamos para o Assentamento Rio Bonito, lugar onde se iniciou a minha alfabetização e estudei até a quarta série. Na época, lá só tinha aulas até essa série numa escola improvisada, construída pelos próprios assentados. Como eu não tinha opção de continuar os estudos no Assentamento, tive que retornar para Niquelândia, local onde finalizei o ensino fundamental. Criou-se nesse tempo uma casa de apoio em Cavalcante, Goiás, onde crianças e jovens de comunidades rurais pudessem ficar para estudar. Foi quando vi a oportunidade e fui morar em Cavalcante, no Nosso Lar, iniciando o ensino médio. Na época, residiam na casa de apoio 18 pessoas, entre crianças e jovens que lá ficavam durante a semana e voltavam para suas comunidades nos fins de semana.

Em 2012, iniciei estágio no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cavalcante, onde comecei a participar de vários processos formativos no movimento sindical. Nesse mesmo ano, tive a oportunidade de fazer o curso nacional de formação da CONTAG, com duração de 224 horas, composto por eixo temático de ação sindical e desenvolvimento rural sustentável e solidário, eixos pedagógicos, memória, identidade e pedagogia para uma nova sociedade, com estratégia de formação militante referenciada na concepção da Educação Popular e da Educação do Campo. Foi quando comecei a ter compreensão sobre o movimento sindical e sua importância. Em seguida, continuei estagiando no sindicato meio período e trabalhando como monitora do Programa Pró-Jovem na Prefeitura Municipal de Cavalcante.

Em 2013, deixei de ser estagiária no sindicato e compus a diretoria, ocupando a Secretaria de Jovens. Em junho do mesmo ano, fui eleita Diretora de Jovens da Federação Estadual dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Distrito Federal, Entorno e Nordeste Goiano, por quatro anos. Então, saí do Pro-Jovem e me mudei para o DF, onde permaneci como secretária do sindicato à distância, trabalhando presencialmente como diretora na federação. Durante os quatro anos em que atuei como diretora, continuei participando de vários processos formativos e atividades de construção, tais como Curso Nacional de Formação Político-sindical para as Mulheres; Seminário Internacional da Juventude Rural pela Reforma Agrária e Crédito Fundiário; Curso Nacional de Formação em Cooperação Internacional para a Promoção da Agroecologia e Soberania Alimentar e Nutricional; 4º Encontro Nacional de Formação da CONTAG – ENAFOR; Curso Estadual de Legislação e Práticas Trabalhistas; Plenária Nacional de jovens trabalhadores rurais; Seminário de Formação em Previdência Social; Marcha das Margaridas; Grito da Terra Brasil e Festival Nacional da Juventude Rural. Durante os quatro anos como diretora de jovens, participei dos conselhos deliberativos da CONTAG e FETAG, e fui conselheira fiscal no Senar-DF por dois anos. Todas elas foram experiências que me proporcionaram muitos aprendizados.

Em 2017, findou meu mandato na diretoria do sindicato e da federação. Foi quando deixei de participar efetivamente do movimento sindical e iniciei novos desafios. Nessa época, abriu processo seletivo para o vestibular da LEdoC-UnB e me inscrevi. Fiz vestibular, passei e iniciei o curso no segundo semestre de 2018. A partir daí, continuei minha participação nos vários processos formativos e construtivos da Educação do Campo, as edições da Semana Universitária em 2018, 2019, 2020 e 2021. Fiz vários cursos, entre as quais destaco: Encontro Regional da Educação do Campo do Centro-Oeste; Educação Popular e Centenário Paulo Freire; Feira de Ciência Agroecológica, Introdução ao Documentário, com o Grupo de Pesquisa Terra em Cena; Congresso Internacional de Educação em Territórios Rurais e Educação do Campo; O Campo a Partir do Cinema; Educador Social na Perspectiva da Educação Popular; Encontro de Pesquisas, Diálogos, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga; extensão universitária em Sustentabilidade e Práticas Territoriais no Cerrado com Mulheres do Assentamento Rio Bonito.

Particpei de vários projetos de extensão educação e sociedade, participei do projeto de iniciação científica, documentário e Agroecologia na Chapada dos

Veadeiros, narrativas audiovisuais sobre assentamentos rurais e o Território Kalunga, projeto de extensão Territorialidade, Meio Ambiente e sustentabilidade no Assentamento Rio Bonito, Agroextrativismo e comercialização de produtos da sociobiodiversidade no território Kalunga, Alfabetização e letramento de jovens adultos e idosos. Foi a partir da minha inserção nos projetos de extensão, na sua maioria, com foco voltado a pesquisas sobre o território e as narrativas da práxis existentes, que fui me moldando como parte do processo de transformação da comunidade, conectando minhas vivências, experiências e anseios, partilhando da realidade existente enquanto sujeito pertencente ao Assentamento.

No primeiro semestre de 2023, concluí o curso de Licenciatura em Educação do Campo e, no mesmo semestre, participei do processo seletivo na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB para o Mestrado acadêmico na linha de pesquisa EAEC – Educação Ambiental e Educação do Campo. Permaneci participando dos vários processos formativos e projetos de extensão relacionados ao campo e ao território em que estou inserida.

Sem sombra de dúvidas, a partir da minha participação nas atividades do movimento sindical, mudei completamente a minha postura como sujeito do campo e passei a compreender a importância de integrar essas instâncias de decisões.

Foi no movimento sindical e na Faculdade de Educação da UnB que aprendi a trabalhar coletivamente e entender os grupos de trabalho e sua importância na construção da formação como sujeitos transformadores, uma formação que seguiu dentro da Educação do Campo.

Sou jovem, mulher, negra, filha de assentados da Reforma Agrária e literalmente fruto da Educação do Campo e espelho da realidade da garantia dos direitos do campesinato e o significado da trajetória de cada sujeito.

O meu acesso à Educação Popular e do Campo contribuiu de maneira marcante para a minha consciência de sujeito do campo, proporcionando a minha compreensão das dimensões dos aspectos político, social e ambiental como um todo e compreendendo as raízes da luta pelo acesso à terra e consciência do papel das políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento do campesinato.

Nesses processos formativos, eu não só me formei, mas me transformei e sigo na luta, partilhando meus saberes e fazeres, contribuindo para a manutenção e preservação histórica do território e das raízes que fundamentaram o antes, o durante e a atualidade.

Sou sujeito de vivências e partilhas. Sou guardiã dos registros de memórias de tantas pessoas que vivenciaram e vivenciam o antes, o durante e o processo de construção do território e carregam consigo princípios de particularidades que muitos desconhecem. Outros não manifestam interesse pela historicidade local por não ser culturalmente compartilhada.

A Reforma Agrária é uma política sonhada por aqueles que almejam apenas um pedaço de chão para que possam cuidar, preservar e transformar num ambiente de vivências, práticas e experiências.

Sou mulher, jovem e negra, não sou nativa local, mas fui acolhida ainda pequena no Assentamento Rio Bonito, juntamente com a minha família, onde me alfabetizei e me formei a partir dos princípios que norteiam a agricultura familiar camponesa.

A partir das lutas dos meus pais, tios, avós, irmãos e da comunidade assentada, foi possível que eu e vários outros sujeitos acessássemos as políticas públicas por garantia de direitos voltados para áreas da Reforma Agrária, mais precisamente no Assentamento Rio Bonito, meu chão, nosso teto, esperança contínua da preservação e manutenção de toda uma ancestralidade constituída a partir de gerações de várias regiões e que se constituíram na grande família Rio Bonito.

Toda essa vivência dos múltiplos letramentos me levaram a construir uma forma narrativa acadêmica tradicional, a história do meu assentamento.

A história que não é contada.

Ah, Fazenda Órfãos, se soubesse que um dia a geração futura se interessaria pelo que carregas como história. Geração essa que se soma ao registro desde muito antes, quando se iniciou a luta pelo direito de acesso à Reforma Agrária e contra a usurpação deles por parte dos que se prestavam como mão de obra e força brutal por traz da grilagem.

Não foi apenas um, ou dois, ou três, foram várias(os) posseiros, pessoas nativas ou não. Seus sujeitos – as mais de 72 famílias que vivenciaram o antes, durante e atualidade – estão voando rumo à socialização, e a partilha dessa história que a partir de agora lhes conto.

Afinal, foram tantos anos amordaçados, presos em memórias profundas que sangram até hoje o corpo e, mais ainda, a alma. Tantos lutaram e lutam até hoje em memórias contínuas de perseverança, de força e muita sabedoria transmitidas até pelo ar, que nós, do território, respiramos.

A aproximadamente 400 quilômetros de Brasília, DF, no nordeste goiano, um local tão distante, entre serras e montanhas, ficava localizada a antiga Fazenda Órfãos. Era um lugar que, antes de 1996, já possuía várias famílias trabalhando em regime de economia familiar, os tais posseiros, que detinham somente a posse de uso da área que hoje é um assentamento da Reforma Agrária.

Os dias se passam e a fazenda começa a ser visada pelo latifúndio e a pecuária de forma extensiva, cujo objetivo principal era aumentar a extensão da área, ocasionando,

Retirada do direito sobre a área ocupada, expulsão,
Invasão, autoritarismo, ameaças, torturas, fome,
Perda da soberania alimentar, perda do direito de ir e vir,
Perda dos direitos construídos ao longo da jornada,
Retirada da posse sobre a área,

Desmerecendo toda uma luta de resistência em prol da ganância por maior capital.

Dias, meses de terror,
Famílias desabrigadas,

Famílias obrigadas a se submeter ao trabalho de forma escrava, em troca de apenas ter o que comer, que era o mínimo, e o preço muito alto que se pagava,

Quem se submeteu a obedecer às ordens de despejo dos demais e trabalhar lado a lado com a grilagem, tinha vantagens sobre a terra, cargos importantes, eram considerados os coronéis da época,

Afinal, eram justamente essas pessoas que ameaçavam com arma de fogo e usurpavam os direitos de tantas famílias posseiras,

Choros,
Crianças gritando, famílias implorando meu chão,
Meu lar,
Meu alimento,
Ar que respiramos,
Sonhos, lutas, cultura, resistência,
Não estavam caindo por terra.

Nesse mesmo período, surgiram pessoas de um coração imenso, que enxergavam e valorizavam toda a luta que vinha acontecendo, e seguraram nas mãos de todos para que, juntos, fossem à luta pela Reforma Agrária.

Na área antes era localizada uma terra sem dono, porém havia várias famílias de posseiros.

Todas as famílias tiveram suas áreas usurpadas.

Ah, grilagem, que detém do maior capital, sempre se sobressai ao menos favorecido,

Como pode uma área constituída de várias famílias de posseiros,

De repente, torna-se uma terra sem dono,

Terra do Estado

E, ao mesmo tempo,

Surge um senhor detentor de toda a área.

Detalhe:

Cadê as documentações que comprovam?

Diante de tudo isso,

Área já bastante degradada,

literalmente destruída,

Desmatamento cada vez mais avançado, luz no fundo do túnel,

A Reforma Agrária indicou possibilidades às famílias e a recuperação da área,

Reparação histórica,

Reconstruir o que lhes foi arrancado,

Claro que, como a área já estava bem afetada, o fazendeiro não se opôs à questão da desapropriação de toda a área para Reforma Agrária,

Sua gratidão por seus capatazes foi imensa por todos os serviços prestados,

Tanto que,

Antes de a terra ser desapropriada, cedeu um pedaço à parte para cada um.

Então, eles permaneceram no local,

Atualmente, não mais fazenda Órfãos, e sim Assentamento Rio Bonito, como assentados e como detentor de uma área à parte, tornando sua parcela em dois lotes.

A luta para a desapropriação da área não teve empecilho, porém fácil também não foi,

Anos e anos de luta,

Anos e anos de reconstrução histórica,

Anos e anos de reparação,

Anos e anos de saúde mental ruim e coração sangrando,

Anos, anos e anos,

Antiga Fazenda Órfãos, hoje Assentamento Rio Bonito,
Terra antes improdutiva, hoje é exemplo de agricultura familiar camponesa,
Cultura,
Reforma Agrária Popular
Ancestralidade,
Agroecologia,
Diálogo de saberes,
Farmácia nativa,
Sustentabilidade,
Recuperação,
Preservação,
Mãe natureza,
Terra, água, ar puros e preservados,
Onde os assentados trabalham lado a lado em busca por sustentabilidade,
Houve avanços,
Houve retrocessos,
Pontos positivos,
Pontos negativos,
Evolução, vantagens e desvantagens,
Cultura se reestruturando,
Saberes se reformulando,
Políticas públicas nos alcançando,
Estradas,
Pontes,
Escola,
Casa,
Água encanada,
Banheiros,
Muitas conquistas.
Ainda muito o que conquistar,
O local é farto,
Culturas,
Saberes,
Solidariedade,

Agricultura familiar camponesa,
Turismo,
Nascente,
Avanços e avanços,
Com eles também vêm os desafios e as possibilidades:
Energia,
Internet,
E os tão sonhados títulos começaram aparecer em janeiro de 2024,
Pode-se dizer que, após aproximadamente 30 anos de muita luta, resistência,
Resiliência e teimosia em permanência.
Solidariedade,
E um futuro próspero,
Farto e propício diariamente de soberania alimentar,
Bem-vindo,
Este é o Assentamento Rio Bonito,
Lugar de transformação,
Reconstituição,
Possibilidades,
Esperanças,
Memórias vivas,
Narrativas registradas.

Quem lhes documenta sou eu, jovem, mulher, negra, filha de assentados da Reforma Agrária e fruto de políticas de acesso à Reforma Agrária e suas possibilidades nesta área antes considerada terra sem dono.

Prazer,
De antes para agora,
Passado,
Perpassando o presente,
Em busca do futuro e suas possibilidades sustentáveis.

1 INTRODUÇÃO

*Por mais forte que seja o galho,
quem sustenta a árvore é a raiz.
Conheça, valorize e respeite sua
ancestralidade.*

Sabedoria Popular

O “diálogo de saberes” é uma categoria central na epistemologia agroecológica e se baseia na ideia de que não há um saber único, e sim múltiplos, sejam eles populares, científicos, tradicionais e empíricos que valorizem a diversidade e se concretizem a partir da construção coletiva e dos vários espaços que emergem.

Nesse sentido, o tema desta pesquisa corresponde às raízes históricas, com enfoque no diálogo de saberes e nas práticas agroecológicas existentes no Assentamento Rio Bonito, que integram e favorecem o desenvolvimento sustentável local em um movimento de resistência perante os desafios e potencialidades das práticas participativas que articulam a transformação social a partir do conhecimento popular e científico. Diante disso, surge a necessidade de se compreender como o problema da pesquisa se fundamenta no contexto que estrutura e contextualiza a realidade da comunidade em sua imersão, trazendo como centro da pesquisa a importância das práticas agroecológicas do assentamento para o fortalecimento do diálogo de saberes e da Educação do Campo. Buscamos compreender, a partir da práxis existente na comunidade, a ausência de reconhecimento dos saberes populares e as experiências, limitando o potencial transformador a partir da realidade, bem como da seguinte questão de pesquisa:

❖ Como o diálogo de saberes se manifesta nas práticas agroecológicas e contribui para o fortalecimento da autonomia e da organização coletiva?

A Reforma Agrária Popular, conceito estruturante de nossas reflexões que será apresentado no Capítulo 2, é fundamental na preservação da biodiversidade. São os seus protagonistas que convivem em harmonia da Agroecologia com o meio ambiente, sendo os maiores defensores dos biomas, os verdadeiros guardiões da biodiversidade.

Reforma Agrária Popular, agricultura familiar camponesa e Agroecologia são essenciais para evitar desastres ambientais e tragédias climáticas. A proteção do ambiente não tem sentido se não proteger as pessoas e outros seres vivos que

tradicionalmente vivem nessas áreas naturais. Nesse sentido, a agricultura familiar camponesa desempenha um papel importante nessa jornada de proteção ambiental através de bioinsumos, da Agroecologia, mas também do uso de energias renováveis, como a solar.

A biodiversidade é essencial para a saúde e o bem-estar humano. A qualidade da água, dos alimentos e do ar que respiramos depende diretamente da saúde do planeta, cujo termômetro é justamente o nível de biodiversidade existente em cada ecossistema.

Como fundamentaremos no decorrer da sistematização da pesquisa, o diálogo de saberes é uma forma que temos de acessar as narrativas diversas dos sujeitos do território a partir da escuta de suas preciosas vivências da realidade.

As ciências emergentes, como a Agroecologia, evidenciam a crise do modelo e propõem o diálogo do conhecimento científico com outros saberes (contextualizados e não acadêmicos) como necessário para apontar caminhos de tais mudanças (Sousa *et al.*, 2022, p. 155).

Este trabalho resgata e registra memórias vivas por meio das narrativas dos assentados do Rio Bonito que viveram todo o processo de luta, antes, durante, e após a criação do Assentamento. Traz sua história e evolução, resgatando sua historicidade a partir do diálogo de saberes agroecológicos, a resistência e as dificuldades enfrentadas no processo de manutenção dos conhecimentos, das práticas e seus modos de produção, levando em consideração a cultura e os saberes ancestrais. Além disso, identifica as práticas dos saberes e fazeres que atravessam gerações e somam na constituição e desenvolvimento da comunidade.

A Agroecologia é o caminho para a produção de alimentos saudáveis para homens e mulheres do campo e da cidade, além dos sistemas mais justos e sustentáveis, promovendo o melhor uso dos recursos naturais e do solo, valorizando a diversidade de sementes e incentivando a economia solidária.

Os assentamentos da Reforma Agrária podem ser exemplos da relação da Agroecologia com a luta pela terra. Rio Bonito, localizado na Chapada dos Veadeiros, município de Cavalcante, Goiás, é um exemplo de vivência com autonomia e soberania alimentar. Com o passar dos anos, as histórias, memórias e cultura do Assentamento vão se perdendo ou reformulando à medida que os ancestrais vão morrendo e surge uma nova geração. Vão se construindo novas identidades, métodos de trabalhos e remodelando a cultura local.

Para que todo este patrimônio pedagógico de saberes e conhecimentos, vivências e experiências não se perca, surge a necessidade de documentar essas narrativas para que esse material sirva de subsídios para a troca de saberes entre os mais velhos e as novas gerações, preservando a cultura local e os saberes ancestrais existentes no território. E esse processo vem sendo desenvolvido a partir de trabalhos de conclusão de curso, projetos de extensão e outras produções acadêmicas que dão visibilidade e fortalecem a realidade do Assentamento.

O Assentamento Rio Bonito fica localizado a 50 quilômetros de Cavalcante, Goiás, sendo um local de beleza exuberante, com toda a vegetação e os morros que o cercam. O processo de criação do Assentamento iniciou-se no ano de 1997. Anos se passaram e somente em novembro de 2018 os assentados tiveram acesso à internet local e, em março do ano de 2022, tiveram acesso à energia elétrica, mas somente no ano de 2023 foi finalmente conquistada a titularização.

Essa área de Reforma Agrária possui 80 parcelas, sendo 8 de reserva ambiental e 72 ocupadas por pessoas nativas locais e de outras regiões. O processo durante a criação do Assentamento foi de muita luta, resistência e desafios constantes. A área era constituída por uma fazenda exclusiva para criação de gado e desmatamento, denominada Fazenda Órfãos. Tal área foi ambiente de muita dor, tortura psicológica, retirada de direitos, acompanhada de usurpação pela grilagem.

Segundo Araujo (2023), o Assentamento Rio Bonito ficou marcado em seu início por conflitos entre posseiros e pessoas que representavam o fazendeiro, Senhor Amador, junto à comunidade. Essas narrativas são importantes para identificar a história da construção do Assentamento e sintetizar os passos da luta pela terra.

Porém, apesar de tudo isso, os sujeitos camponeses que viviam no território resistiram bravamente e tal espaço segue ainda tendo uma cultura superdiversificada, onde a agricultura familiar camponesa prevalece com saberes ancestrais e as trocas de vivências entre os assentados e comunidades vizinhas. Há também muitos assentados que optaram por trabalhar na sua parcela a partir dos princípios da Agroecologia e lutam para a restauração das áreas degradadas e sua preservação, uma vez que anteriormente a área era destinada à criação de gado e desmatamento.

Todos esses fatores nos indicam a grande potencialidade dessa área de Reforma Agrária, que tem ainda pouco conhecimento científico produzido sobre ela. A partir da realização de nosso trabalho de conclusão da Licenciatura em Educação do Campo, denominado “Memória oral em documentário: resistência, cultura, saberes

e fazeres na comunidade Assentamento Rio Bonito – Cavalcante Goiás” (Araujo, 2023), vimos a necessidade de seguirmos produzindo conhecimentos sobre o território, que tem tanto a nos ensinar.

As pesquisas acadêmicas têm um papel fundamental no processo de sistematização da realidade a partir da oralidade, com destaque para os projetos de extensão pensados com base nas demandas que emergem da visualização de pequenos detalhes, grandes ações, o simples que muito constrói e transforma territórios.

Projetos de extensão de instituições públicas nos assentamentos rurais precisam interagir com as comunidades para incentivar a participação ativa, seja nas escolas e/ou associações de produtores, para reduzir os impactos causados por práticas seculares, como o desmatamento (queimada e derrubada), que levam ao esgotamento do solo e prejudicam as fontes de água. Sem um manejo adequado desses e de outros recursos naturais, a segurança alimentar no assentamento pode ficar vulnerável (França, 2014, p. 24).

1.1 Objetivo geral da pesquisa

Documentar a história do Assentamento Rio Bonito por meio de entrevistas, com enfoque no diálogo de saberes, priorizando a busca e o registro das contribuições das práticas agroecológicas dos assentados locais, que contribuem com o fortalecimento da Educação do Campo.

1.2 Objetivos específicos da pesquisa

- ♦ conhecer como se deu o processo de luta antes, durante e depois da criação do Assentamento, documentando e registrando as narrativas dos sujeitos que fizeram e fazem como pertencimento da comunidade, registrando os avanços e desafios do território até a atualidade;
- ♦ identificar e registrar saberes e fazeres locais e, a partir deles, um diálogo de resistência e os desafios para a preservação;
- ♦ identificar modos de produção e experiências agroecológicas que têm como princípio a preservação local, relacionando os saberes agroecológicos dos assentados, o contexto da sabedoria popular e a forma como emergem no desenvolvimento e fortalecimento do Assentamento e dos indivíduos que ali vivem.

1.3 Justificativa

O Assentamento Rio Bonito é um território de resistência, onde o conhecimento é constituído de maneira coletiva, popular e significativa. Dessa forma, identificar a partir do diálogo as práticas existentes é essencial para compreender questões primordiais que sustentam e efetivam as práticas emancipadoras e sustentáveis no campo. Em sua relevância estão as contribuições presentes que somam experiências e oferecem subsídios para fortalecer e promover o reconhecimento e valorização dos saberes e práticas como parte essencial na produção do conhecimento.

A partir do problema de pesquisa e dos objetivos, construímos da seguinte forma a estrutura da dissertação:

- ◆ Memorial
- ◆ Introdução
- ◆ Referencial teórico
- ◆ A história do Assentamento Rio Bonito contada e registrada por seus protagonistas
- ◆ O diálogo de saberes: as práticas agroecológicas dos assentados do Rio Bonito e os acúmulos para o fortalecimento da Educação do Campo.

1.4 Metodologia

O nosso objeto de pesquisa corresponde ao diálogo de saberes agroecológicos numa área da Reforma Agrária, com foco nas narrativas dos sujeitos do Assentamento Rio Bonito, Cavalcante, Goiás. Portanto, este trabalho de pesquisa, com base na oralidade, sistematiza de forma poética a realidade, vivência e percepção da identidade do Assentamento, relatos sobre os saberes e fazeres locais por sujeitos que pertencem à comunidade, levando em consideração a agricultura familiar camponesa e suas raízes estruturantes: Agroecologia, desenvolvimento sustentável e o processo de resistência no decorrer dos anos, com o avanço tecnológico, relacionando pontos positivos e negativos, e a relação entre o saber popular e o científico.

Construir registros e reflexões acerca da historicidade do Assentamento Rio Bonito é necessário para que cada um perceba o seu lugar nessa história, reconhecendo as raízes, registrando a história de luta, resistência e vida do Assentamento, refletindo os aspectos identitários, reforçando o sentimento de

pertencimento dos sujeitos como parte essencial na construção e evolução do território. Nesse sentido, utilizamos um roteiro que instigou os sujeitos assentados a partilharem informações que referenciam a pesquisa, centralizando na metodologia, que consiste das várias formas para acessarmos dados referentes às práticas aplicadas cotidianamente nas parcelas.

A sistematização dessas narrativas é necessária para que a história seja interpretada e contada sob o olhar dos sujeitos que vivenciaram a realidade, inventariando as narrativas a partir da vivência coletiva e individual, sistematizando a sabedoria popular da comunidade e garantindo que a história do Assentamento seja contada pelos seus próprios construtores. A Reforma Agrária Popular tem a base fundante na auto-organização dos sujeitos com a práxis da vida, do viver e do que constituem e constroem os diversos saberes e fazeres no campesinato, como o poema a seguir sistematiza.

Sistematização

Sistematização,

Prática que desafia a pensar,

Observar,

Analisar,

Memorizar,

Visitar,

Pesquisar,

Fotografar,

Registrar,

Narrar,

Elaborar,

Encontrar,

Estudar,

Buscar...

Enfim, só sistematizamos com qualidade

Quando estamos embriagados,

Apaixonados,

Envolvidos,

Ligados...

Na sistematização mergulhamos na prática
E, quando emergimos,
Não só saímos impregnados com seus elementos,
Como deixamos “fragmentos de si”.
E, na construção,
Na sua soma final,
Encontramos um novo eu.
(Moreira, 2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

*Nem toda conversação é diálogo.
Diálogo é a investigação conjunta na direção de
mais compreensão, conexão ou possibilidades.
Qualquer comunicação que caiba nesta definição,
considero Diálogo; se não cabe, não é Diálogo.*

Tom Atlee

Neste tópico, apresentamos o diálogo de saberes relacionado à agricultura familiar, a partir de narrativas de vivência dos assentados e suas famílias que nos apresentam suas teorias, práticas e resultados, considerando as especificidades locais e as possibilidades do saber popular.

As lógicas produtivas diversificadas, em pequena escala, são próprias e necessárias à reprodução das agriculturas familiares, e qualquer modelo baseado na produção em grande escala estará fadado ao fracasso por não respeitar a complexidade das relações socioambientais existentes (Sousa *et al.*, 2020, p. 146).

Pensar no processo de produção na agricultura familiar camponesa é pensar na prática desde o cuidado com a terra, observando solo, espessura, tipo da terra, cor, umidade, localidade e suas várias possibilidades.

Refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. O fundamento são as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes (Acosta, 2009, p. 15).

O saber popular é o ponto de partida relacionado ao modo de produção a ser realizado e tem papel fundamental no desenvolvimento de toda a parcela e a continuidade dela. O processo de produção na agricultura familiar camponesa é um ato de amor consigo, com o próximo e com a natureza. Com ele as relações entre ser humano e natureza carregam consigo princípios básicos e que sustentam toda uma mandala sustentável da vida, em que cada um tem papel fundamental, todos se relacionam e fazem parte da mandala sustentável.

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte (Acosta, 2009, p. 15).

Toda a metodologia de formas de trabalho e produção, de rotação da sociobiodiversidade e de práticas desenvolvidas exige muita sabedoria oriunda de vivências, culturas e ancestralidade, que atravessam gerações e se somam de acordo com a realidade de cada território. Tudo isso se relaciona com tempo, espaço, área, época, mês, fase da lua e as estações ao longo do ano.

Não se trata de uma receita expressa em alguns poucos artigos constitucionais e tampouco de um novo regime de desenvolvimento. O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza (Acosta, 2009, p. 23).

A Agroecologia é uma ciência multidisciplinar, um modo de vida, uma ferramenta fundamental para a produção de alimentos saudáveis, levando em consideração as estratégias ambientais, sociais e econômicas. Promove o modo de ser, fazer e produzir a agricultura familiar camponesa, que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas produtivos e conservadores de recursos naturais, que são culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente sustentáveis, garantindo um agroecossistema sustentável (Guhur; Silva, 2021).

Gomes e Assis (2013, p. 22) afirmam que "a Agroecologia é um conceito multidimensional e plural, que supera barreiras disciplinares e articula conhecimento científico e saberes tradicionais para o redesenho sustentável dos agroecossistemas". Por agroecossistemas entendemos a articulação de diferentes dimensões do processo produtivo integrando a natureza, o solo e a água.

A abordagem agroecológica da produção visa desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de insumos energéticos agroquímicos externos. Por outro lado, na Agroecologia cabe a nós preservarmos o conhecimento local, ou seja, as técnicas que sobrevivem graças à agricultura. Acosta afirma que:

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (Acosta, 2009, p. 40).

Segundo o referido trabalho, no Brasil, "o debate agroecológico começou fortemente atrelado aos movimentos sociais e práticas alternativas, contrastando com o enfoque mais científico dos Estados Unidos, o que mostra sua dimensão tanto prática quanto teórica" (Gomes; Assis, 2013, p. 50).

Conforme Monteiro (2012), essa abordagem reconhece que as populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Um conceito base para compreender a Agroecologia é a coevolução entre os sistemas naturais e sociais, entre ambiente e cultura, sendo que os seres humanos têm capacidade de direcionar essa coevolução (Guhur; Toná, 2012, p. 61).

A Agroecologia anda lado a lado com a luta pela soberania alimentar, pela recuperação dos territórios e cooperação entre o campo e a cidade. Como ressaltam Guhur e Toná (2012), a Agroecologia se insere na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda uma vida.

A soberania alimentar é um conceito que reconhece o direito das pessoas de moldarem as políticas alimentares de acordo com suas necessidades e interesses. Isto demonstra que a produção, distribuição e consumo de alimentos é conduzida de uma forma que beneficia todas as partes envolvidas, ao mesmo tempo que dá prioridade à justiça social, à sustentabilidade ambiental e à viabilidade econômica. Essencialmente, trata-se de capacitar as pessoas para assumirem o controle dos seus sistemas alimentares e promoverem a autonomia e a diversidade cultural.

Conceito que nasce da herança ancestral andina e latino-americana como alternativa que vem se tecendo a partir das organizações populares de base. E que, ao mesmo tempo, está em consonância com os direitos dos povos de controlar seus territórios, seus recursos naturais, sua fertilidade, sua reprodução social e a integração entre etnias e povos de acordo com interesses comuns, e não apenas determinados pelo comércio e o lucro. E há também uma influência na construção do conceito da visão feminina do mundo, baseada na fertilidade e na reprodução social da humanidade em condições igualitárias e justas (Stedile; Carvalho, 2012, p. 724).

Os agricultores agroecológicos são cientistas populares que detêm e desenvolvem um profundo conhecimento da natureza. Segundo Monteiro (2012),

O diálogo de saberes reconhece nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da Agroecologia, um diálogo não exclusivamente

técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas.

Tal definição amplia a compreensão da Agroecologia quando afirma que “as populações do campo, sua cultura e suas formas de organização e resistência são elementos centrais no processo de coevolução entre os sistemas naturais e sociais”.

É preciso conhecer bem o terreno para aproveitar ao máximo, por exemplo, sol, vento, chuva, entradas e saídas de energia do sistema. Dessa forma, a Agroecologia quebra o sistema de monocultura, que utiliza apenas um tipo de cultivo, onde deve haver responsabilidade no uso da terra, da água e de todos os recursos naturais, promovendo práticas que respeitam a dinâmica do ecossistema.

O conhecimento agroecológico se estabelece no diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, entre a teoria e a prática, entre a realidade imediata e a totalidade social. Coloca os diferentes sujeitos camponeses e povos originários e tradicionais, educadores, técnicos e pesquisadores em relação. Valoriza o conhecimento dos povos originários, tradicionais e comunidades camponesas, com o objetivo de construir, em diálogo com o conhecimento técnico-científico, saberes e experiências atuais que problematizem e transformem a realidade. A produção e a socialização do conhecimento agroecológico exigem uma pesquisa sistemática da realidade com a contribuição efetiva dos diferentes sujeitos (Dias *et al.*, 2021).

A partir do referencial que estrutura a pesquisa, entendemos que, entre os principais fundamentos que estruturam a Agroecologia, estão os seguintes:

- ♦ promover a autogestão da comunidade produtiva, respeitando sua cultura e estimulando sua dinâmica social;
- ♦ garantir uma produção agrícola sustentável, sem utilização de insumos químicos que possam degradar o meio ambiente, utilizando fertilizantes orgânicos; produtos minerais insolúveis; manejo fitossanitário que integre práticas culturais, mecânicas e biológicas para combater pragas e doenças;
- ♦ conservar e valorizar a biodiversidade do ecossistema para estabelecer múltiplas interações entre o solo, as plantas e os animais, fortalecendo a autorregulação do agroecossistema das propriedades;
- ♦ garantir as condições habitáveis dos terrenos, que permitam a preservação da sua fertilidade e o desenvolvimento saudável das plantas;

- ♦ utilizar espécies ou variedades adaptadas às condições climáticas locais, minimizando as necessidades externas para um bom desenvolvimento da cultura;
- ♦ garantir uma produção sustentável sem utilização de produtos químicos tóxicos para o meio ambiente;
- ♦ cuidar da preservação e desenvolvimento dos recursos naturais e da biodiversidade;
- ♦ garantir a preservação de terras favoráveis à fertilidade e ao desenvolvimento da vida;
- ♦ utilizar espécies adaptadas ao ambiente e às condições climáticas.

O enfoque agroecológico também propõe a construção de relações sociais nos agroecossistemas pautados em noções como cooperação, solidariedade e promoção da participação livre das mulheres e dos jovens, além de promover o resgate e aprimoramento do patrimônio cultural dos agricultores (Monteiro, 2012).

As possibilidades de produção dentro de uma área da Reforma Agrária com práticas da agricultura familiar camponesa podem ser bem amplas, uma vez que num espaço pequeno de terra é possível fazer toda uma mandala produtiva. Nesse contexto, é possível produzir arroz, feijão, milho, mandioca, cará, café, inhame, batata-doce, açafrão, gengibre, gergelim, amendoim, banana, cana, frutas, hortaliças, pomar, agrofloresta, roça de toco, roça de época, ou seja, grãos, raízes, frutas, polpas, as mais diversas possibilidades da agricultura familiar camponesa, obtendo a resiliência do solo e proporcionando segurança e soberania alimentar do campo e da cidade.

Segundo o verbete “trabalho como princípio educativo”, no “Dicionário da Educação do Campo” (Frigotto; Ciavatta, 2012), a cidade pode ser compreendida não apenas como um espaço físico ou geográfico, mas como resultado de relações sociais, econômicas e culturais densas que envolvem a organização da vida coletiva e a reprodução da sociedade. O conceito de cidade também está vinculado “às dinâmicas do campo, evidenciando a interdependência entre esses dois espaços, marcada pela circulação de pessoas, mercadorias, saberes e práticas, que formam complexas redes de sociabilidade e produção” (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 756).

Numa aproximação e exercício para vermos a viabilidade da pesquisa, levantamos saberes e práticas existentes na comunidade, que nos indicam

conhecimentos agroecológicos muito preciosos para a promoção da sustentabilidade da área reformada em estudo:

- ♦ o arroz deve ser plantado até o dia 25 de dezembro, e o prazo de colheita varia de acordo com a qualidade da semente, pois tem umas com mais ou menos duração de tempo para a colheita – 4, 5 ou 6 meses;
- ♦ o milho, preferencialmente no início do mês de novembro, deve-se plantar no pó para esperar as primeiras chuvas, a colheita leva em média 90 dias; então, no mês de fevereiro é a época de plantar o feijão no meio do milho;
- ♦ o cará, cará-moela, cará-pé-de-anta podem ser plantados em qualquer época do ano; a época de colheita é analisada a partir da estrutura da planta, ou seja, quando as folhas caem significa que estão na fase de colheita, sendo recomendado que se deixe passar de um ano para o outro, pois consegue obter maior resistência da plantação sob a terra e, assim, torna uma planta firme e resistente;
- ♦ o inhame deve ser plantado em novembro, e a colheita a partir de maio, pois na seca a tendência é que as raízes brocam, a planta cria resistência de permanecer o plantio por anos, porém o inhame não é próprio para consumo em qualquer fase do ano;
- ♦ a colheita da cana-de-açúcar no primeiro ano é fraca, após um ano é a colheita ideal, pois leva tempo para ela granar o suficiente;
- ♦ a mandioca deve ser plantada no início de novembro, começo das chuvas, de preferência durante a lua minguante ou crescente;
- ♦ quanto ao gengibre e ao açafrão, o ideal é plantar em um ano para colher no outro, e ele exige uma área tanto com sol quanto com sombra;
- ♦ plantar na força da lua cheia para minguante; a lua nova é melhor para produção folhosa;
- ♦ lua nova faz vicejar muito a planta, mas não ajuda a produzir raiz.

O processo de produção de hortaliças se dá no período entre os meses de abril e maio, isso levando em consideração o ciclo da natureza, uma vez que, como tecnologia irrigada, é possível adaptar de acordo com a necessidade.

As relações entre ser humano e natureza, bem como tudo que a compõe é essencial, ressaltando-se a importância da relação entre animais e natureza, em contraste com o processo de produção e seu papel desempenhado.

Os animais também simbolizam e marcam questões relacionadas à religiosidade, cultura e superstição, sinais esses que fazem parte do saber popular, que é transmitido de geração em geração.

Em relação aos saberes que guiam e norteiam as práticas, vivências e evolução na agricultura familiar camponesa, o diálogo é um lugar de consciência e reconhecimento mútuos. O diálogo não é a busca pela uniformidade de pensamento, é um lugar onde aprendemos a pensar juntos, até de forma diferente, se necessário. Nesse sentido, ele é uma forma de circulação de sentidos e significados, o que significa que, quando praticamos o diálogo, a palavra conecta em vez de separar, une em vez de dividir.

A produção de conhecimento tem começo, mas não tem fim, a valorização do conhecimento já produzido é essencial para podermos reinventar novos conhecimentos, mas é necessário nos fortalecermos na luta de classes para nos tornarmos protagonistas de lutas e histórias, promovendo a transformação social. É necessário promover a produção de conhecimento científico informativo sobre temas para uma visão crítica da sociedade para a sua transformação.

O fortalecimento do programa de Agroecologia requer parcerias com a saúde pública, pois a promoção da saúde é fundamental para se pensar um modelo diferente de sociedade, e a Agroecologia vai além da simples troca de insumos, é um processo de fortalecimento da autonomia. A agricultura familiar fornece 70% da alimentação dos brasileiros e garante a maioria absoluta dos empregos no meio rural. Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017), mais de 10 milhões de homens e mulheres que trabalham em atividades agrícolas compõem a força produtiva de 3,9 milhões de empresas familiares, das quais 55% são administradas por homens e mulheres.

Apesar dessa importância, a agricultura familiar registrou uma redução de 400 mil famílias em relação ao Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2017). Apesar disso, a produção de alimentos da agricultura familiar aumentou nesse período, assim como o seu peso no produto interno bruto – PIB da produção agrícola diminuiu de 33% para 23%. Notamos também que 1,7 milhão de famílias produzem principalmente para consumo próprio, possivelmente vendendo parte do seu excedente.

O fortalecimento da agricultura familiar depende de políticas de acesso à terra, crédito rural, assistência técnica e extensão rural, organização da produção e comercialização, geração de renda, habitação, conservação e proteção ambiental, políticas públicas sociais e estruturais, entre outras.

Nesse sentido, Neves (2012, p. 32), no “Dicionário da Educação do Campo”, afirma que a agricultura familiar é reconhecida como “fonte de renda para inúmeras famílias brasileiras e motor de uma cadeia econômica bastante complexa, assegurando a sustentabilidade ambiental, social e econômica”.

2.1 As mulheres têm papel fundamental nessa construção

As mulheres historicamente tiveram papel fundamental na construção da Agroecologia, que sempre se desenvolveu graças ao trabalho em suas produções, cuidando da terra e das comunidades, cultivando alimentos saudáveis nos quintais produtivos, preservando e melhorando as culturas alimentares e o estilo de vida das pessoas, garantindo soberania e segurança alimentar.

A Agroecologia é, portanto, um modo de vida. Por isso, devemos ter acesso à terra e às práticas de respeito e cuidado com a biodiversidade e o bem comum, um conjunto de conhecimentos e práticas relacionado ao modo de produção e interação na agricultura, essenciais para garantir um desenvolvimento sustentável com produção, renda e uma vida saudável para homens e mulheres do campo e das cidades.

Essa abordagem, portanto, reconhece que as populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações (Guhur; Toná, 2012, p. 62).

Portanto, é um processo que envolve a construção de novas relações inclusivas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens e idosos na produção de alimentos saudáveis, no respeito à biodiversidade e no aumento da produção local através da comercialização alternativa.

Por envolver a distribuição de diferentes produtos num mesmo espaço de produção, a Agroecologia exige uma integração muito forte dos familiares para garantir a gestão processual da propriedade, em que toda a família deve participar para enfrentar positivamente essa complexidade do sistema de produção no meio rural.

Portanto, o compromisso com a Agroecologia implica a urgência de destacar e repensar as formas de produção de alimentos, estabelecendo uma relação direta entre a produção saudável e a qualidade de vida, entre agricultores e consumidores, entre as formas de produção e consumo saudáveis e a manutenção da vida.

Evidentemente não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas de promover

[...] um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da Agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas (Guhur; Toná, 2012, p. 62).

A agricultura familiar é alimento saudável e conservação ambiental. A partir do cuidado com a terra, produzimos de modo sustentável alimentos que contribuem com a segurança alimentar e nutricional.

Fortalecer o campesinato com o acesso à terra, créditos e assistência técnica é necessário para que, dessa forma, se impulsione o desenvolvimento rural. Afinal, enfrentamos uma série de desafios históricos, como dificuldades de acesso à terra, cultura, saúde, Educação do Campo, lazer, energia, estrada, internet, transporte, água e saneamento básico.

Reforma Agrária é justiça social, pois sem terra não é possível produzir a partir do plantio e alimentar a sociedade, cada colheita exige uma história árdua de dedicação, trabalho e amor pela terra. Agricultura familiar é a base da segurança alimentar.

2.2 As agricultoras são as guardiãs da sabedoria popular e ancestralidade

Segundo Primavesi (1992, p. 144), "a tecnologia agrícola atual é puramente sintomática, concentrada na planta. Ao contrário, se concentrarmos toda a atenção na terra, as plantas automaticamente se beneficiarão. Terra boa dá plantas vigorosas, produtivas e saudáveis".

Agricultoras são guardiãs da biodiversidade, protegendo as sementes crioulas e as práticas agroecológicas, reforçando que o acesso à terra é fundamental na produção de alimentos. É a partir das práticas da agricultura familiar que vemos a produção e a conexão entre as práticas sustentáveis que contribuem e conservam o meio ambiente e contribuem na conservação do solo, da água e da biodiversidade. Agricultura não alimenta somente o corpo, e sim o planeta, tendo papel importante não somente na produção de alimentos saudáveis, mas na conservação do meio ambiente e promoção do bem-estar e do viver.

A Reforma Agrária Popular possibilita condições para produzir e gerar qualidade de vida digna para as famílias do campo e deve ser ampla, massiva, imediata, de qualidade e participação de controle social.

❖ **O Materialismo Histórico-dialético nesse contexto aponta o papel ativo do sujeito diante da realidade e suas práticas de vivência.**

O Materialismo Histórico-dialético, teoria filosófica e metodológica associada ao marxismo, busca entender a história humana e a sociedade por meio da interação dialética entre as forças produtivas – tecnologia e capacidade produtiva – e as relações de produção – relações entre proprietários e trabalhadores. A teoria defende que as mudanças na sociedade resultam de conflitos de classe ao longo da história e que essas mudanças são impulsionadas por contradições inerentes ao sistema econômico e social.

No Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, afirma-se que a construção de uma nova sociabilidade, decorrente da desconstrução das concepções dominantes impostas, propõe centralizar a identidade rural e o ser humano em sua totalidade, evidenciando a importância do Materialismo Histórico-dialético para ressignificar práticas alinhadas ao seu modo de produzir.

Nesse sentido, a relação entre o Materialismo Histórico-dialético e o diálogo de saberes pode ser vista de várias maneiras. Embora o primeiro tenha uma base teórica numa abordagem científica da história e da sociedade, ele pode se beneficiar do diálogo de saberes, ao integrar outras formas de conhecimento, como saberes tradicionais e experiências culturais para compreender as mudanças sociais e históricas.

Para que se estabeleça um diálogo de saberes entre os sujeitos camponeses e pesquisadores/técnicos em torno de um objeto comum de conhecimento – o agroecossistema –, é importante ter presente que cada um desses sujeitos “leva consigo seu conhecimento e sua ignorância” nesse processo. Cabe, então, perguntar de antemão qual é o “erro típico” que cada grupo costuma cometer para que o ponto de partida seja “a autoconsciência de uma ciência crítica de si mesma” (Levins, 2015, p. 26 *apud* Guhur; Silva, 2021, p. 399).

O diálogo de saberes defende o respeito pela diversidade de experiências humanas. Tanto o Materialismo Histórico-dialético quanto o diálogo de saberes buscam a transformação social em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Por outro lado, o diálogo de saberes é uma abordagem que promove a troca e a integração de diferentes formas de conhecimento e visa respeitar e valorizar a diversidade de experiências e perspectivas humanas, buscando uma compreensão mais ampla e inclusiva dos problemas complexos enfrentados pela sociedade. A troca

e integração de diferentes formas de conhecimento podem apoiar essa transformação ao fornecer uma compreensão mais completa dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade.

Em suma, o Materialismo Histórico-dialético e o diálogo de saberes podem ser vistos como abordagens complementares que podem enriquecer a compreensão das mudanças sociais, econômicas e históricas, bem como promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

❖ A garantia que os direitos humanos sejam de fato garantidos na sua totalidade no campo possibilita que haja políticas públicas voltadas para a realidade do território e sua especificidade.

O direito à Educação do Campo garante uma educação de qualidade através de uma abordagem que respeita e valoriza as particularidades culturais, econômicas e sociais das populações do campo, sendo uma forma de aprendizagem que trabalha de acordo com a realidade da comunidade, promovendo o desenvolvimento inclusivo do território.

A Educação do Campo deve ser contextualizada para refletir a realidade das comunidades rurais, incluindo conteúdos que sejam relevantes para a vida cotidiana, a cultura local e as práticas da agricultura familiar. Envolve a participação ativa das comunidades rurais no planejamento e na implementação dos programas educacionais. Isso pode incluir a criação de conselhos escolares e outras formas de envolvimento da comunidade. Tem como princípio norteador promover práticas sustentáveis de produção e desenvolvimento local, preparando os estudantes para contribuírem com o desenvolvimento rural sustentável e a preservação do meio ambiente, valorizando e incorporando conhecimentos tradicionais das comunidades, promovendo a diversidade cultural e o respeito às tradições.

Nesse sentido, Molina e Sá (2012, p, 237) afirmam que

Partindo dessa materialidade a Educação do Campo nos processos educativos escolares, busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma postura na vida, na comunidade, o desenvolvimento do território rural, compreendido este como espaço de vida dos sujeitos camponeses.

A garantia dos direitos à Educação do Campo é fundamental para promover a equidade educacional e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Políticas

públicas que promovam a Educação do Campo podem ajudar a fortalecer as comunidades rurais, melhorar a qualidade de vida e incentivar a participação cidadã dessas populações. Nesse sentido,

Para que a escola do campo contribua no fortalecimento das lutas de resistência dos camponeses, é imprescindível garantir a articulação político pedagógica entre a escola e a comunidade por meio da democratização do acesso ao conhecimento científico (Molina; Sá, 2012, p. 328).

A partir do diálogo de saberes, é possível a integração e troca de conhecimentos, o respeito mútuo. A diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais são valorizados e se relacionam com o conhecimento científico, combinando os conhecimentos técnicos com práticas tradicionais. Promove-se, então, troca e integração de diferentes formas de conhecimento, incluindo conhecimentos tradicionais, locais e científicos, objetivando respeitar e valorizar a diversidade de experiências e perspectivas humanas, buscando uma compreensão mais ampla e inclusiva dos problemas complexos enfrentados pela sociedade.

Molina e Sá (2012, p. 329) afirmam que as estratégias adequadas ao cultivo dessa participação devem promover a construção de espaços coletivos de decisão sobre os trabalhos a serem executados e sobre as prioridades da comunidade nas quais a escola pode vir a ter contribuições.

Molina e Sá (2012, p. 327) afirmam ainda que o diálogo de saberes se dá a partir da valorização e articulação dos conhecimentos produzidos historicamente pelas comunidades do campo com os saberes acadêmicos e técnicos, promovendo uma construção coletiva e crítica do conhecimento. Esse processo reconhece a diversidade cultural, histórica e social do campo, estabelecendo uma relação dialógica entre diferentes formas de conhecimento, sem subordinação, enfatizando a importância da participação dos sujeitos camponeses na produção e apropriação desses saberes.

As autoras esclarecem ainda que

Uma dimensão significativa nas escolas do campo é a lógica do trabalho e da organização coletiva. Ensinar os alunos e a própria organização escolar a trabalhar a partir de coletivos é um relevante mecanismo de formação e aproximação das funções que a escola pode vir a ter nos processos de transformação social. Esta dimensão envolve também as vivências e experiências de resolução e administração de conflitos e de diferenças decorrentes das práticas

coletivas, gerando aprendizado para posturas e relações fora da escola (Molina; Sá, 2012, p. 329).

❖ **Resistindo diariamente.**

Os povos originários e tradicionais, camponeses(as) e agricultores(as) familiares construíram um processo dialético de resistência, enfrentamento e incorporação de saberes ancestrais nas práticas agrícolas que desenvolvem. Por meio dessas iniciativas de articulação política, além das ações diretas em âmbito local, povos e comunidades tradicionais, têm afirmado suas identidades coletivas e modos de vida particulares como antagônicos ao modelo de desenvolvimento capitalista. Cumprem, portanto, um importante papel: o de realizarem a crítica social dos fundamentos e disfunções desse modelo, que se baseia na concentração de riquezas, na promoção e aprofundamento das desigualdades sociais e na superexploração dos recursos naturais e consequente degradação ambiental (Nogueira, 2021, p. 608).

Essa dinâmica produziu historicamente formas próprias de experimentação, de produzir, organizar e sistematizar o conhecimento, com critérios próprios de validação (Arroyo, 2014).

Uma relação dialética é criada entre o homem e a natureza, mediada pelo trabalho que cria conhecimentos variados e que, na maioria das vezes, são ignorados pela ciência da classe dominante.

A Reforma Agrária Popular é uma política pública e social que possibilita a redistribuição de terras para beneficiar os pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, diminuindo a desigualdade e buscando promover a justiça social. Possibilitar, através de políticas sociais, o uso da terra de forma produtiva e sustentável não apenas ameniza os problemas do campo, mas é também uma forma de enfrentar parte dos problemas urbanos, pois a distribuição populacional é intensamente desigual.

Essa distribuição desigual da população gera um grande problema para o país, pois a agricultura familiar tem um importante papel na geração de trabalho e renda (Fernandes, 2004, p. 49).

A Reforma Agrária Popular e a cultura estão interligadas de várias maneiras, especialmente em relação à identidade, às tradições e ao modo de vida das comunidades rurais. A redistribuição de terras pode impactar as práticas culturais tradicionais e, ao mesmo tempo, pode ser influenciada por elas.

O diálogo de saberes e fazeres numa área de Reforma Agrária é um processo que busca integrar diferentes formas de conhecimento e práticas na construção de sistemas produtivos, sociais e culturais mais justos e sustentáveis.

Esse diálogo pode envolver agricultores, comunidades locais, movimentos sociais, pesquisadores, técnicos agrícolas e outros sujeitos relevantes para promover o desenvolvimento e a resiliência das áreas de Reforma Agrária. Porém, Paulo Freire chama atenção para o silêncio e os processos silenciadores:

[...] alerta para a necessidade de compreender por que muitos camponeses falam pouco, expressam pouco e muitas vezes assumem o discurso da falta de saber. Este silêncio foi produzido, sobretudo pelas relações de exploração inerentes ao latifúndio, que são em sua essência antidialógicas (Freire, 1983, p. 31 *apud* Zanelli; Barbosa; Cardoso, 2021, p. 490).

Assim, a relação entre meio ambiente e agricultura familiar leva em consideração a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais, promovendo alimentos sustentáveis e resilientes.

A Agroecologia busca o equilíbrio das necessidades humanas, do avanço das tecnologias e da conservação e proteção do meio ambiente, resultando em práticas socialmente justas, viáveis e saudáveis. Leff (2002, p. 37 *apud* Maragoni *et al.*, 2021) afirma que:

Agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos. [...] A Agroecologia é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgama saberes e conhecimentos, ciência, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo.

A biodiversidade tem como princípio a diversidade do meio ambiente, levando em consideração a importância da relação entre a diversidade de animais e plantas, utilizando a partir daí os ciclos naturais dos nutrientes e contendo o controle de pragas e doenças.

A Agroecologia respeita e valoriza a cultura e o conhecimento tradicionais e trabalha integrando diversas atividades, trabalha o sustentável, promovendo a luta contra as mudanças climáticas, a degradação do meio ambiente e a segurança alimentar.

A matriz produtiva agroecológica, que se institui como modo de vida, firma uma visão de natureza, de ser humano, de relações sociais, bem como um método de conhecimento científico dos fenômenos naturais e sociais, de base materialista e dialética, que projeta uma nova forma de produção da própria ciência. E a constituição histórica da Agroecologia é ao mesmo tempo expressão e fundamento de lutas sociais que a inserem como dimensão necessária da superação da ordem do capital (Caldart; Frigotto, p. 373).

Dado o contexto, a Agroecologia e educação popular começaram a ser exploradas no ambiente acadêmico e científico na década de 1980. A partir da discussão entre especialistas, acadêmicos, cientistas e a longa experiência dos povos do campo, das águas e das florestas na transformação da agricultura e dos ecossistemas culturais no processo de compreensão e conhecimentos populares, se estabeleceu a síntese teórica-epistemológica-metodológica que está na origem da Agroecologia como ciência.

Nesse sentido, Tardin e Travassos (2021, p. 381), afirmam que:

Nesse encontro dialógico problematizador de saberes emergidos e emergentes das práxis populares dos povos do campo, das águas e das florestas e dos profissionais acadêmicos e técnicos de diversas áreas do conhecimento, verificamos uma dinâmica de retroalimentação que vem potencializando e exponenciando velozmente a Agroecologia no campo, por meio de múltiplos processos populares de educação dos quais indicamos de maneira ilustrativa anteriormente apenas dois, por todos os biomas brasileiros, mas também em muitas cidades, pela agricultura urbana, a educação ambiental, alimentar, nutricional e de saúde da população.

A relação entre direitos humanos e Agroecologia se dá a partir dos princípios que os relacionam, e ambos contribuem para a sustentabilidade dos sistemas de produção alimentar e o bem-estar da humanidade, garantindo segurança e soberania alimentar. Promovendo práticas que valorizam o trabalho dos agricultores, garantindo direito à saúde, cultura, água e terra, com base no trabalho consciente, a Agroecologia promove a diversidade e a conservação dos recursos naturais, combinando conhecimento e valores tradicionais e científicos, fortalecendo a cultura, os saberes e fazeres locais.

Além de diferentes métodos, a troca agroecológica se dá a partir da troca de produtos e saberes. Aroucha *et al.* (2023, p. 5) observam que, com todas as resiliências socioambientais e políticas, a agricultura familiar camponesa produz diversificadamente 70% do que se põe na mesa da maioria dos brasileiros.

❖ **São muitas as potencialidades, a troca contínua de sementes, a valorização dos saberes, a conscientização do uso do solo e a importância da Agroecologia.**

A Agroecologia é, ao mesmo tempo, ciência, movimento e prática, sobretudo tornando uma rede de conhecimentos, articulando camponeses, técnicos e acadêmicos.

Reconhecer que as populações do campo, das florestas e das águas possuem conhecimentos, saberes e práticas é afirmar que são construídos nos territórios espaços primordiais para a produção e reprodução da vida dessas populações, tal como suas relações de trabalho e sociais são construídas em integração com a natureza. O saber ancestral preserva e fortalece a vida dos seres humanos, dos animais e do ambiente como um todo, numa perspectiva ético-ambiental. Justamente por essa defesa e fortalecimento, seus territórios e vidas estão sendo disputados, por exemplo, por empresas e bancos na atualidade em várias partes do mundo. Logo, as práticas e os saberes populares são resistências político-organizativas também na defesa dos territórios, da não mercantilização da saúde, dos bens da natureza e da vida, produzindo uma agricultura sustentável, preservando a diversidade cultural, a segurança alimentar e a resiliência, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e diversidade na produção de alimentos.

❖ **A soberania alimentar anda lado a lado da Agroecologia.**

A soberania alimentar é um conceito fundamental para garantir o direito humano à alimentação. Para materializarmos a soberania alimentar, a produção, distribuição e consumo de alimentos, devem ser conduzidos de uma forma que beneficiem todas as partes envolvidas, ao mesmo tempo que se dê prioridade à justiça social, à sustentabilidade ambiental e à viabilidade econômica. Essencialmente, trata-se de capacitar as pessoas para assumirem o controle dos seus sistemas alimentares e promoverem a autonomia e a diversidade cultural.

O direito à terra e à água está ligado à Agroecologia, uma vez que ambos são pilares essenciais para a produção de alimentos e a viabilidade deles. A Agroecologia representa uma abordagem que fomenta práticas agrícolas sustentáveis e ecológicas, o acesso justo e equitativo à terra e à água.

A Agroecologia tem se baseado fortemente na interação entre agricultores e técnicos, numa perspectiva comunicativa horizontal, onde se estabelece o diálogo de

saberes: o técnico-científico e o saber popular. Ainda que não tenhamos avançado mais nesse campo, há aqui um enorme potencial de cooperação, na medida que se entende que cada camponês é também um sujeito potencial, capaz de produzir conhecimento válido. Em vez de algumas centenas ou milhares de pesquisadores da Agroecologia, teremos milhões de agricultores-experimentadores em diálogo com a academia mediante processos dialógicos.

A Agroecologia incentiva práticas que são sustentáveis e que preservam os recursos naturais, possibilitando técnicas como rotação de culturas, cobertura vegetal do solo e manejo integrado.

O direito à Educação do Campo garante uma educação de qualidade por meio de uma abordagem que respeita e valoriza as particularidades culturais, econômicas e sociais das populações do campo. A Educação do Campo é uma forma de aprendizagem que trabalha de acordo com a realidade da comunidade e promove o desenvolvimento inclusivo do território.

No plano da práxis pedagógica a Educação do Campo, projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões e relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos (Caldart *et al.*, 2012, p. 263).

É necessário contextualizar a Educação do Campo para refletir a realidade das comunidades rurais, incluindo conteúdos que sejam relevantes para a vida cotidiana, a cultura local e as práticas da agricultura familiar, envolver a participação ativa das comunidades rurais no planejamento e na implementação dos programas educacionais. Isso pode incluir a criação de conselhos escolares e outras formas de envolvimento da comunidade.

A Educação do Campo deve promover práticas sustentáveis de produção e desenvolvimento local, preparando os estudantes para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável e a preservação do meio ambiente, valorizarem e incorporarem conhecimentos tradicionais das comunidades, promovendo a diversidade cultural e o respeito às tradições.

A garantia do direito à Educação do Campo é fundamental para promover a equidade educacional e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Políticas

públicas que promovam a Educação do Campo podem ajudar a fortalecer as comunidades rurais, melhorar a qualidade de vida e incentivar a participação cidadã dessas populações.

Por outro lado, o diálogo de saberes é uma abordagem que promove a troca e a integração de diferentes formas de conhecimento e visa respeitar e valorizar a diversidade de experiências e perspectivas humanas, buscando uma compreensão mais ampla e inclusiva dos problemas complexos enfrentados pela sociedade.

A relação entre o Materialismo Histórico-dialético e o diálogo de saberes pode ser vista de várias maneiras. Embora o primeiro tenha uma base teórica numa abordagem científica da história e da sociedade, ele pode se beneficiar do diálogo de saberes ao integrar outras formas de conhecimento, como saberes tradicionais e experiências culturais para compreender as mudanças sociais e históricas.

O diálogo de saberes defende o respeito pela diversidade de experiências humanas e, da mesma forma que o Materialismo Histórico-dialético, busca a transformação social em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. A troca e a integração de diferentes formas de conhecimento podem apoiar essa transformação fornecendo uma compreensão mais completa dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade.

Em suma, o Materialismo Histórico-dialético e o diálogo de saberes podem ser vistos como abordagens complementares para enriquecerem a compreensão das mudanças sociais, econômicas e históricas, bem como promoverem uma sociedade mais igualitária.

Já a Reforma Agrária e a cultura estão interligadas de várias maneiras, especialmente em relação à identidade, às tradições e ao modo de vida das comunidades rurais. A redistribuição de terras pode impactar as práticas culturais tradicionais e, ao mesmo tempo, pode ser influenciada por elas.

O diálogo de saberes e fazeres numa área de Reforma Agrária é um processo que busca integrar diferentes formas de conhecimento e práticas na construção de sistemas produtivos, sociais e culturais mais justos e sustentáveis. Esse diálogo pode envolver agricultores, comunidades locais, movimentos sociais, pesquisadores, técnicos agrícolas e outros atores relevantes para promover o desenvolvimento e a resiliência das áreas de Reforma Agrária.

Década o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e ratifica sua relevância, tanto para a sustentabilidade dos ecossistemas,

quanto para manter as pessoas no campo, todavia de forma saudável, digna e com acesso a tecnologias, empoderamento social, educacional, cultural e socioeconômico. Por mais que esta iniciativa pareça uma utopia, principalmente nos últimos anos deste país, ela é resultante de um marco de luta por melhores políticas públicas para esta categoria, pois não há como reivindicar sem uma estratégia e proposição (Aroucha *et al.*, 2023, p. 13).

O direito à terra e ao território é o primeiro passo para se garantir as demais políticas que promovem a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; por isso, a Reforma Agrária sempre foi uma das principais pautas de reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A criação de projetos de assentamento sempre foi resultado da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se articulam através de diferentes tipos de organizações sociais. A Reforma Agrária Popular é realizada a partir da luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras e, por isso, é preciso compreender que é uma pauta coletiva e precisa da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para forçar os governos a promoverem a desconcentração fundiária.

2.3 As lutas pela Reforma Agrária Popular, a Agroecologia e a Educação do Campo

O segredo da vida é o solo, porque do solo dependem as plantas, a água, o clima e a nossa vida. Tudo está interligado. Não existe ser humano sadio se o solo não for sadio. (Ana Primavesi)

Para compreender a Reforma Agrária Popular, é necessário antes conhecer o contexto histórico no qual emergiu tal conceito, que é forjado em oposição ao crescimento e hegemonia do modelo agrícola fundamentado no agronegócio.

O agronegócio é expressão de uma nova aliança de classe no campo, com enorme força política, econômica e ideológica, transformando-se no principal inimigo das populações que vivem no campo e exigindo do MST uma nova estratégia expressa na palavra de ordem da Reforma Agrária Popular. No tocante às mudanças estruturais na propriedade da terra, houve um processo acelerado de concentração. Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda a produção de grãos para exportação. Além disso, estima-se que as empresas estrangeiras controlem mais de 30 milhões de hectares no Brasil, o que revela o grau de desnacionalização da propriedade da terra em nosso país (Stedile, 2012b).

Dessa forma, disparou o aumento da produção agrícola, elevando a dependência das máquinas agrícolas e insumos importados. O agronegócio seguiu ganhando força, se expandindo cada vez mais e forçando a evasão do campo, impossibilitando que o campesinato produzisse e sobrevivesse diante do modelo de produção que excluía todas as possibilidades de desenvolvimento e acesso a políticas de Reforma Agrária.

Frente a esse modelo, não há mais espaço para uma Reforma Agrária do tipo clássica, aquela que objetiva a democratização da propriedade da terra, garantindo a reprodução dos camponeses com sua integração ao mercado interno e geração de renda. Ela não cabe no atual projeto de agricultura que está se estruturando em nosso país. Assim, a luta pela Reforma Agrária se transformou em uma luta contra o modelo do capital para a agricultura brasileira (Martins; Nunes; Gasparin, 2021, p. 637).

Emergiu a necessidade de um projeto de Reforma Agrária para se contrapor ao modelo tradicional e, nesse contexto, os movimentos sociais se posicionaram, criando alianças e construindo alternativas em face da luta por um projeto popular que representasse e contemplasse o campesinato no todo. Levando igualmente a luta pela terra para além do campo, as várias estruturas e poderes da sociedade forçaram-se a desenvolver políticas e ações para que, de fato, a função social fosse cumprida, escancarando as desigualdades e lutando por um projeto que superasse essa realidade.

A estratégia da Reforma Agrária Popular leva o MST, no plano dos assentamentos, a plasmar, a materializar formas concretas de reprodução social que nos vinculam ao futuro da humanidade, nos aproximando do gênero humano (Martins; Nunes; Gasparin, 2021, p. 639).

A Reforma Agrária Popular objetiva uma base técnico-científica distinta da que visa apenas o capital, pensando nos sujeitos, suas necessidades, seus saberes e práticas, considerando os sujeitos do campesinato parte integrante na construção do território, desenvolvendo a valorização e partilha da ancestralidade e mudando os paradigmas da sociedade. Cria-se, então, resistência e se fortalece, contrapondo-se ao agronegócio e criando condições para que a emancipação humana de fato seja efetivada.

A conquista da terra para os trabalhadores rurais transcende o mero ato de posse, insere-se num processo político, histórico de luta pela função social da terra e pela visibilidade dos assentamentos rurais vinculados ao projeto da Reforma Agrária

Popular, que contrapõe concepções técnicas e políticas, valorizando a organização e a emancipação das comunidades camponesas.

A Agroecologia compreende o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos e uma consciência política e organizacional inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa dos territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação entre os povos do campo e da cidade. Busca a construção de uma sociedade de produtores livres e emancipados, cujo objetivo final ultrapassa o lucro para alcançar a emancipação humana.

A Educação do Campo emerge como abordagem que integra a produção do conhecimento a partir de uma perspectiva dialética, considerando as particularidades históricas e sociais do meio rural, buscando articular as práticas educativas com as lutas sociais, culturais e políticas dos trabalhadores do campo, visando a um projeto educativo que promova a transformação social e a justiça.

Portanto, Reforma Agrária Popular, Agroecologia e Educação do Campo estão interligadas por objetivos que contemplam a transformação social, com uma Reforma Agrária justa e a valorização dos saberes e fazeres do campesinato. Por isso, só é possível se pensar numa Reforma Agrária Popular como parte do tripé também composto pela Agroecologia e pela Educação do Campo, pois essas três dimensões se fortalecem e constroem um projeto de campo com justiça social e soberania alimentar, não se limitando à redistribuição de terra, tendo como base o modo de vida camponês, na luta por territórios vivos, dignos, autônomos e comprometidos com a preservação ambiental.

2.4 A Reforma Agrária Popular

Reforma Agrária Popular é resistência e luta em busca de um modelo justo, igualitário e sustentável, que possibilite a cada indivíduo ter uma área disponível e nela poder produzir alimentos e vidas. Ela vai muito além de um espaço de terra e sua redistribuição, é possível ter acesso às várias políticas públicas voltadas ao campesinato e mudar os paradigmas.

Reforma Agrária Popular consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder, nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de Reforma Agrária progressistas populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses (Stedile, 2012b, p. 660).

Uma Reforma Agrária justa e igualitária significa acesso a terras produtivas, moradia, água, luz, saúde, soberania alimentar, educação e lazer, um conjunto necessário para que o campesinato tenha seus direitos igualitariamente atendidos.

Nesse sentido, pensar uma Reforma Agrária Popular é pensar num modelo que tenha a Agroecologia como princípio, que garanta acesso à Educação do Campo de acordo com as especificidades do território e que seja ofertada de forma que vivencie e dialogue com a comunidade atendida.

Dessa forma, pode-se pensar numa Reforma Agrária igualitária e sustentável, pois, a partir de seus princípios, as várias possibilidades vão criando formas e se reestruturando na realidade. As lutas partem do movimento com distribuição de terra justa e igualitária, possibilitando que os sujeitos trabalhadores rurais tenham o direito a um pedaço de terra para morar, trabalhar e contribuir com o desenvolvimento sustentável do território.

A luta pela Reforma Agrária Popular no Brasil tem várias nuances, com alguns pilares em destaque na mandala de força em busca de igualdade e direitos. Os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra são dos principais pilares na luta pela Reforma Agrária Popular, articulando e organizando os trabalhadores rurais na luta pela transformação da sociedade.

O movimento dos trabalhadores sem-terra tem caráter popular, sindical e político, pois todas as pessoas que desejam trabalhar com agricultura familiar se somam na luta e juntos seguem em busca por transformação da estrutura da sociedade e construindo uma Reforma Agrária Popular.

O histórico da luta em construção contemplando um projeto de Reforma Agrária Popular tem várias raízes de resistência que formam a consciência da sociedade por justiça social e desenvolvimento sustentável, mudando o contexto de muito para poucos e de pouco para muitos, acabando com a concentração de terra em poucas mãos e possibilitando condições para a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis, de qualidade, com autonomia, garantindo a diversidade cultural e a segurança alimentar.

A Reforma Agrária Popular implica na transformação da sociedade, garantindo que os sujeitos camponeses tenham voz e protagonismo na sociedade, criando um projeto de desenvolvimento que respeite e valorize o meio ambiente, a cultura camponesa e o desenvolvimento sustentável, mudando paradigmas, em oposição ao modelo de produção em disputa e construindo o modelo justo e necessário para o

desenvolvimento da sociedade. É necessário garantir a Reforma Agrária Popular com a práxis de justiça social, direito à terra, saúde, educação e lazer, proporcionando um espaço digno para todos.

2.5 As lutas pela Agroecologia

Em 1989 o termo Agroecologia começou a ser utilizado no Brasil a partir da publicação do livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura familiar”, de Miguel Altieri (1989). Em seguida, as várias organizações propagaram as informações referente ao papel da Agroecologia na sociedade.

No final da década de 1990, e com maior força a partir do início dos anos 2000, os movimentos sociais populares do campo, em especial à Via Campesina, incorporaram o debate agroecológico à sua estratégia política e passaram a dar contribuições importantes (Guhur; Toná, 2012, p. 59).

Foram seguidas as várias ações, cada vez mais ganhando força, articulando os movimentos e organizações que defendiam a Agroecologia, tais como: a Jornada Agroecológica, que teve início em 2002, no Paraná, e é realizada anualmente, tendo como lema “Terra livre de transgênico e sem agrotóxicos”. Teve destaque também a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”, lançada em 2003 pela Via Campesina, durante a realização do III Fórum Social Mundial. Em 2002 foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia, que marcou a organização e articulação nacional dos movimentos e organizações ligados à Agroecologia.

Em 2003, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido anualmente desde então, resultando a partir das duas ações, duas entidades de abrangência nacional: a articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fundada em 2002, e a associação brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004 (Guhur; Toná, 2012, p. 60).

Para Altieri (1989), a Agroecologia foi definida como base científica para uma agricultura alternativa, com a superação do conhecimento fragmentado em favor de uma abordagem integrada. Nesse sentido, a coevolução entre os sistemas naturais e sociais entre ambiente e cultura, e o papel da sociedade no processo de compreensão e desenvolvimento, reconhecendo que os sujeitos camponeses são detentores de saberes construídos culturalmente e a partir das práticas momentâneas de resistência.

Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da Agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas (Guhur; Toná, 2012, p. 62).

A Agroecologia emergiu da necessidade de alternativas que se contrapunham ao desenvolvimento que ocupa espaços e afeta, de forma irreparável, o clima, a terra, água, ar, animais, que dependem de harmonia, cuidado e proteção. A Agroecologia cria meios que constroem as grandes transformações, podendo contribuir para amenizar as mudanças climáticas.

A esse respeito, Caldart (2021, p. 358) afirma que:

A Agroecologia é mais antiga que a Educação do Campo. São fenômenos de natureza distinta, cada um com seu percurso e suas finalidades. Entretanto, ambos foram produzidos por uma mesma realidade social e em um mesmo tempo histórico. Têm raiz comum no trabalho camponês, em sua rica diversidade de sujeitos e de culturas, construindo os mesmos territórios. Tendem, portanto, a se desenvolver em coevolução.

Nesse sentido, a Agroecologia diz respeito diretamente aos movimentos sociais, políticas públicas e redes científicas, situando ciência, prática e movimento como um modelo de desenvolvimento equilibrado e resiliente, otimizando o agroecossistema.

Abrindo caminhos para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, pois não se prova nos espaços artificializados da experimentação científica, mas sim diretamente nos campos de produção agrícola, superando, dessa maneira, a distinção entre a produção do conhecimento e sua concretização, o que leva a conclusão de que Agroecologia não é apenas um corpo de conhecimento úteis, passíveis de serem aplicados, mas se configura como prática social, ação de manejo da complexidade dos agroecossistemas inseridos em múltiplas relações naturais e sociais, que os determinam e pelas quais são determinados (Guhur, Toná, 2012, p. 63).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, a Agroecologia ajuda a apoiar a produção de alimentos e a segurança alimentar e nutricional enquanto restaura os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade, essenciais para a agricultura sustentável.

A Agroecologia acontece a partir de um sistema visando a sustentabilidade, tornando-se um movimento político, social e científico de resistência ao modelo hegemônico, em prol do desenvolvimento autossustentável e solidário, minimizando o impacto ambiental e promovendo a saúde humana a partir do que a terra disponibiliza.

A Agroecologia surgiu da necessidade de se construir alternativas em contraponto ao modelo de produção do agronegócio, ou seja, da necessidade de transformar a realidade de um modo de produção que visava cada vez mais o lucro, impactando cada vez mais o meio ambiente, impossibilitando-o de se reestruturar. Isso tende cada vez mais a se desenvolver e criar meios que desqualifiquem a sabedoria popular e os sujeitos do campo, uma vez que cada vez mais o agronegócio ocupa espaços e leva à exclusão da agricultura familiar e de seus saberes.

Para Gubur e Toná (2012), a Agroecologia abarca um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais dos povos originários e camponeses. Nesse sentido, são importantes os princípios ecológicos e valores culturais das práticas agrícolas, para compreender as condições que determinaram o surgimento da Agroecologia.

A Agroecologia surgiu confrontando o modelo de produção excludente e tendo como princípio o cuidado com o meio ambiente, com o que o meio ambiente nos oferta e valorizando os saberes e fazeres populares que atravessam gerações. Ela nos mostra como são importantes para compreender a ciência e o papel que se tem no desenvolvimento sustentável.

A Agroecologia como ciência:

[...] se configura em um paradigma multidisciplinar, que tem seus fundamentos científicos desenvolvidos a partir dos estudos vinculados à ecologia, botânica e outras áreas, a partir de agriculturas tradicionais e camponesas (Ferrari; Silva; Silva, p. 253).

Como prática, ela

Ressignifica práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas. Essas práticas reúnem características em seu interior que são fundamentais na produção do conhecimento. A interação ser humano-natureza, estabelecida nessas formas de agricultura em diferentes biomas, é um princípio ecológico e educativo importante e nos serve como referência de produção de conhecimento (Ferrari; Silva; Silva, ano, p. 253).

E como movimento,

A Agroecologia está associada à luta pela construção de um projeto de campo no qual a socialização da propriedade da terra (e a Reforma Agrária Popular), a diversidade cultural dos povos do campo, as diferentes formas de trabalho camponês, a luta das mulheres e a construção social de mercados se colocam como pautas e temas nos processos de construção de conhecimento. Essa dimensão demonstra que a Agroecologia é parte integrante da ação política, e das lutas contra os processos de opressão do capital e do agronegócio (Ferrari; Silva; Silva, p. 253).

Desse modo, a produção humana precisa ser pensada no contexto das relações sociais e no desenvolvimento dos povos originários e camponeses, que foram os primeiros a desenvolver práticas do fazer, identificando e propagando espécies úteis ao ser humano e adaptando, de acordo com a realidade e necessidade, construindo vários saberes e desenvolvendo práticas, manifestando o ser humano como ser criativo e autoprodutivo.

A crítica à atual sociabilidade exige-nos um compromisso com a construção de projetos contra-hegemônicos na educação enquanto dimensão da formação humana e na maneira como produzimos a nossa vida material. A educação popular e a Agroecologia estão intimamente relacionadas às formas de resistência que na atualidade materializam alternativas à crise civilizatória que vivemos (Alves; Assunção; Paz, 2021, p. 315).

A práxis integra os saberes e fazeres populares. Na Agroecologia isso significa também o resgate e a partilha dos vários saberes e fazeres que, no decorrer dos anos e adaptação do/ao capitalismo e à modernidade, foram perdendo força e lugar na sociedade.

No polo da produção, a Agroecologia se expressa material e socialmente em um amplo espectro de sujeitos coletivos do campo, das florestas, das águas e das cidades, portadores de múltiplas identidades socioculturais e territoriais. A agricultura familiar camponesa, os povos indígenas, os(as) quilombolas e uma miríade de povos e comunidades tradicionais formam um rico e diversificado segmento da sociedade brasileira, portador de racionalidades próprias de organização do trabalho, de gestão dos bens naturais e de divisão da riqueza social. Essas racionalidades se traduzem em práticas autônomas de reprodução social ancoradas em conhecimentos e modos de vida que em nada se coadunam com o utilitarismo economicista e o individualismo competitivo próprios da economia política do agronegócio. Não sem razão, em um país marcado pela histórica concentração fundiária, as lutas pelo acesso aos bens naturais, a começar pela terra, e a defesa dos direitos territoriais apresentam-se como uma das frentes de mobilização do campo agroecológico articulado pela ANA (Petersen; Almeida, 2021, p, 135).

Dessa forma, cada vez mais esses saberes populares foram se deteriorando.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação--pensamento-ação, práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida (Guhur, Silva, 2021, p. 64).

Assim, a Agroecologia é entendida como um modo de vida, pois se expande a vários contextos da vida dos povos do campo, culminando no desenvolvimento sustentável, tendo vida, cultura, ancestralidade essenciais no processo de transformação, carregando de tal forma os povos de comunidades tradicionais, detentores dos vários saberes que constituem a Agroecologia na prática. A ciência tem destaque com o papel que vai além do empírico, andando lado a lado, atribuindo relações sociais, historicidade e auto-organização, relação entre saber e fazer, ciência e prática. Requer que a estrutura de poder da sociedade seja desafiada e transformada, construindo-se projetos de vida coletivos e atingindo a soberania alimentar.

Nesse contexto, os sujeitos camponeses são verdadeiramente reconhecidos tanto na construção do saber, quanto no desenvolvimento do fazer, sem perder os princípios fundantes e ancestrais do campesinato, conectando e reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos, prevendo a luta política e superando as contradições impostas pela estrutura capitalista.

Essas características da Agroecologia demonstram sua adequação para as dimensões e formas de gestão do trabalho da agricultura familiar camponesa, sendo que o tamanho da área manejada dependerá da complexidade dos ecossistemas onde se pratica a agricultura. Sistemas naturais mais complexos apontam unidades produtivas mais complexas (Weid, 2009, p, 61).

2.6 As lutas pela Educação do Campo

A Educação do Campo surgiu em contraposição à realidade brasileira, dado o contexto de falta de acesso das populações camponesas às políticas educacionais, partindo da necessidade do reconhecimento, da valorização e da construção para a transformação social. É protagonizada pelos sujeitos do campo, movimentos sociais e organizações, que visam lutar por uma política educacional que considere a realidade e os interesses sociais.

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta experiência, e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na consciência de mudança que assinala e projeta para além dela mesma (Caldart, 2012, p. 257).

Toda a luta e organização surgiram no processo de espaços construtivos que são essenciais e fazem parte da luta história pela Educação do Campo. No ano de 1998, em Luziânia, Goiás, durante a preparação da I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, surgiu a expressão Educação do Campo, que antes era nomeada de Educação Básica do Campo. Em 2002, a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília e, posteriormente, reafirmada nos vários debates, passou a ser chamada de Educação do Campo. A preparação da I Conferência ocorreu em 1997, logo após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Foi durante esse processo que o MST foi desafiado a ampliar a discussão sobre educação no meio rural. Entre as ampliações e os desafios, em 1998 foi instituído pelo governo federal o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Para Caldart (2012), o esforço durante a constituição da Educação do Campo se estende até os dias atuais. E parte das lutas em busca da transformação da realidade educacional específica da área de Reforma Agrária, protagonizadas pelos movimentos sociais, especialmente o MST, foram articuladas as várias experiências históricas de luta e resistência, fortalecendo a compreensão de que a Educação do Campo não se constitui isoladamente e, por isso, não é por acaso que abarca o debate sobre política pública.

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do Campo (Caldart, 2012, p. 259).

Em 2004, durante a realização da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, com a participação de vários sujeitos representando diversas organizações sociais e o campesinato, o movimento pela Educação do Campo foi ampliado, incluindo a luta e participação de 39 entidades, incluindo representantes dos órgãos governamentais, sindicatos dos trabalhadores rurais, professores e

movimentos sociais camponeses. Foi durante esse período que foi explicitado de forma mais intensa o contraponto do projeto de campo necessário, integrando a Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

O lema “Educação do Campo, direito nosso e dever do Estado”, formulado durante a II Conferência Nacional, afirmou a luta pelo acesso à educação específica, necessária e justa no âmbito público, garantindo que o Estado formule políticas públicas que levem à universalização e não apenas como princípio abstrato.

De 2004 até hoje, as práticas de Educação do Campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de força de cada momento (Caldart 2012, p. 260).

O enfrentamento segue como um desafio de luta contra as políticas neoliberais para a agricultura e para o campo. Nesse contexto, em 2010 foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, retomando a articulação de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais e outras instituições, com o intuito de uma participação ampliada de universidades e institutos federais, contrapondo-se ao agronegócio, construindo novas escolas no campo e assumindo o compromisso coletivo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo como prática social, ainda em processo de constituição histórica, assumiu a dimensão de pressão por políticas públicas, integrando a luta pela educação com a luta pela terra e pela Reforma Agrária, por direito à soberania alimentar, trabalho e cultura.

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional, suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade (Caldart, 2012, p. 262).

A Educação do Campo é uma concepção de educação na perspectiva emancipatória, vinculando as lutas e a construção social e humana a um projeto histórico. Nesse sentido, possibilita que os sujeitos pensem na construção não somente em si, mas na totalidade. A Educação do Campo, como prática dos movimentos sociais camponeses, procura interligar a luta pelo acesso à educação

pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado, reafirmando que deve ser o Estado o educador do povo.

No verbete “conhecimento agroecológico”, do Dicionário de Agroecologia e Educação”, Ferrari, Silva e Silva (2021, p, 257) argumentam:

O conhecimento gerado no seio deste movimento tem sido construído a partir de uma práxis política inovadora assentada na realização de leituras compartilhadas sobre os conflitos e projetos em disputa no campo brasileiro. Essas leituras são feitas a partir da sistematização participativa de experiências que evidenciam a contribuição da Agroecologia no importante papel que a agricultura familiar camponesa e populações tradicionais cumprem para o conjunto da sociedade.

Tendo os sujeitos como fundamentais no processo de construção e transformação da realidade, para Caldart (2012) estas características definem o que é e o que pode ser Educação do Campo, prática social que não compreende a si mesma, confrontando as contradições sociais.

2.7 Intersecção

O Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504/1964 (Brasil, 1964), é um importante documento que trata da Reforma Agrária e da política agrícola no país. Tal documento esclarece o procedimento e a finalidade da Reforma Agrária, bem como o governo deve proceder para que se alcance com essa política a função social da propriedade através do eficaz uso da terra. O art. 1º, § 1º, do citado estatuto traz o conceito de Reforma Agrária: “§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Portanto, o objetivo da Reforma Agrária é desconcentrar e democratizar a estrutura fundiária, combatendo a fome e a miséria, promovendo cidadania e justiça social.

O INCRA é o órgão federal responsável por executar a Reforma Agrária, tendo como objetivo construir assentamentos baseados na sustentabilidade ambiental. Desse modo, a Reforma Agrária tem como principal finalidade distribuir as terras consideradas improdutivas que não atendam à sua função social.

A Reforma Agrária possibilita a transformação da área improdutiva em produtiva, atendendo à sua função social. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 184, define que: “Compete à União desapropriar por interesse social,

para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (Brasil, 2016). Dessa forma, as áreas desapropriadas para Reforma Agrária, consideradas improdutivas, devem ser agricultáveis, possibilitando a distribuição de terras, promovendo a justiça social.

O art. 186 da Constituição Federal dispõe que:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Com esse pressuposto, o critério ecológico corresponde à perspectiva ambiental da função social da propriedade rural como indissociável, tornando a Reforma Agrária um processo transitório em sustentabilidade ambiental e social. Portanto, ela visa retirar dos latifundiários grandes glebas de terras improdutivas e dar a elas a função social, descentralizando e democratizando a estrutura fundiária, favorecendo a produção de alimentos e meios de subsistência dignos para os mais variados sujeitos.

Assim, a Reforma Agrária é indissociável da Agroecologia e da Educação do Campo, pois cria territórios; a Agroecologia cria modos de produção sustentáveis e a Educação do Campo forma sujeitos críticos, conscientes e capazes de transformar a realidade.

A Reforma Agrária Popular nasce de uma demanda histórica, ligada à luta pela democratização da terra, redistribuindo e combatendo a desigualdade social e promovendo a justiça social no campo. A Agroecologia emerge como um contraponto ao modelo de agricultura industrial, como um modelo que integra conhecimentos tradicionais aos princípios científicos da ecologia, produzindo com respeito aos ciclos naturais, à biodiversidade e à cultura do campesinato, contribuindo não apenas com a produção de alimentos, mas também com a emancipação social e autônoma dos sujeitos. Ao mesmo tempo, fortalece o conceito de soberania alimentar, movida pelos movimentos sociais camponeses, defendendo o direito dos sujeitos em decidir sobre

os próprios sistemas alimentares, valorizando a sustentabilidade, a produção local e a cultura tradicional.

Nesse sentido, a Educação do Campo surge com a necessidade estratégica, construindo práticas formativas associadas à realidade dos sujeitos do campo, desfazendo o modelo histórico que inviabilizou o campesinato, reafirmando a importância de uma formação crítica que respeite e valorize a identidade do território.

A luta por Reforma Agrária, Agroecologia e Educação do Campo está inerentemente ligada à defesa dos direitos humanos, para que, de fato, haja soberania alimentar, cultura, educação e direito à terra. A Reforma Agrária Popular é a luta por dignidade e efetivação de direitos fundamentais, promovendo a justiça social e garantindo territórios vivos, diversos e justos. Dessa forma, a articulação histórica desses temas citados mostra um processo contínuo de resistência e proposição de alternativas viáveis para o campo, em defesa de um desenvolvimento rural baseado nos princípios de equilíbrio ambiental e respeito à diversidade.

Portanto, Reforma Agrária e Agroecologia são conceitos interligados ao processo construtivo de reivindicações por um modelo social, transcendendo a redistribuição de terras e buscando uma transformação estrutural que inclui a produção de alimentos saudáveis, a valorização e preservação da cultura e identidade camponesas, desafiando o paradigma do agronegócio, priorizando técnicas que respeitem e valorizem os saberes tradicionais, a biodiversidade e a autonomia do campesinato.

A educação se soma a essa estrutura como uma ferramenta essencial para fortalecer as lutas, valorizando os saberes e fazeres, os modos de vida, a historicidade e os conhecimentos dos sujeitos do campo. Interligando a educação formal e as realidades do campo, a Educação do Campo tem um papel crítico e emancipador que relaciona as demandas políticas do campesinato, como a Reforma Agrária Popular e a Agroecologia, formando um conjunto que sustenta a luta pela soberania alimentar, justiça social e um projeto de sociedade que evidencia o bem viver e a dignidade humana.

2.8 O MST e a função social que objetiva a Reforma Agrária Popular

CIO DA TERRA
*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel,
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra a propícia estação,
e fecundar o chão.*
Chico Buarque

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST pela Reforma Agrária Popular é uma das mais importantes lutas sociais no Brasil. Desde sua fundação, o MST vem defendendo a distribuição de terras como uma forma de garantir o acesso das populações rurais à terra, à água, à alimentação e a outros recursos fundamentais para a sobrevivência.

A concentração de terras no Brasil é um dos maiores obstáculos à realização da Reforma Agrária e à promoção da justiça social no campo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2020, apenas 1% dos proprietários rurais detinha cerca de 45% de toda a área rural do país, enquanto os pequenos proprietários, que possuem áreas de até 100 hectares, representavam cerca de 80% dos estabelecimentos rurais, mas ocupavam apenas 20% da área total.

Nesse sentido, a luta do MST pela Reforma Agrária tem ganhado cada vez mais força e influência no cenário político brasileiro, pois, garantindo o acesso à terra e aos recursos naturais, a Reforma Agrária também é defendida como uma forma de construir um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável no campo.

O MST luta para que a Reforma Agrária tenha como objetivo principal a distribuição justa de terras para os trabalhadores rurais que não possuem condições de adquiri-las de forma legal. Historicamente isso ocorre devido à concentração de terras no Brasil ser enorme, estando nas mãos de poucos proprietários.

As ações do MST são fundamentadas na ocupação das terras que não estão sendo utilizadas de forma produtiva, ou seja, áreas que não são utilizadas na produção de alimentos. Dessa forma, a partir da organização do MST, é efetivada a produção de alimentos de forma coletiva e organizada, criando possibilidades onde possam viver e trabalhar de forma sustentável.

A luta pela Reforma Agrária é política e social, que visa transformar a realidade do campo e garantir o direito à terra e a melhores condições de vidas para todos os trabalhadores do campesinato. A luta pela Reforma Agrária não é fácil e é contínua, enfrentando vários desafios, como violência e desigualdades que favorecem os

latifundiários. Apesar das dificuldades, o MST tem obtido importantes conquistas ao longo de sua história. Desde sua criação, o movimento já conseguiu assentar milhares de famílias em todo o país, tendo sido uma importante voz na luta pela justiça social e pela democratização do acesso à terra, contribuindo na construção de um país mais justo e igualitário.

Além da luta pela Reforma Agrária, o MST também atua nas lutas em prol da educação, saúde, cultura e lazer, promovendo diversas ações de conscientização e mobilização social. Essa luta é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois o acesso à Reforma Agrária é um direito garantido pela Constituição brasileira, e sua realização é fundamental para a garantia do acesso à terra, à alimentação saudável e à dignidade no campo.

Pela importância que representam como forças políticas socialmente ativas e reconhecidas e pela potencialidade que encerram para mobilizar as forças vivas do campo brasileiro, o futuro da agricultura familiar camponesa no país depende em grande parte das opções desses movimentos e sua capacidade de traduzir em projeto político coletivo as estratégias de resistência e de inovação que estão sendo construídas autonomamente pela iniciativa dos produtores e produtoras familiares (Petersen; Dal Soglio; Caporal, 2009, p, 15).

Além disso, o MST defende a implementação da Agroecologia como uma alternativa viável para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis no campo, integrando os conhecimentos tradicionais e científicos na produção, priorizando a preservação dos recursos naturais e a autonomia das comunidades rurais.

3 A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO RIO BONITO CONTADA E REGISTRADA POR SEUS PROTAGONISTAS

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro se baseia no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos para sabermos o que seremos.

Paulo Freire

Várias razões e o sentimento de fazer parte da construção e desenvolvimento do Assentamento Rio Bonito me impulsionam a ser instrumento para organizar e registrar de modo formativo a historicidade de uma comunidade que resistiu com várias lutas ao sistema estruturante da sociedade.

Eu, filha de assentados da Reforma Agrária e fruto de todas as políticas públicas e sociais voltadas ao campesinato, tenho consciência do meu papel na construção, manutenção e preservação de toda a cultura e ancestralidade que permeiam a minha comunidade de pertencimento, meu lugar de vida, um assentamento de Reforma Agrária, constituído por uma grande e diversificada família.

No Rio Bonito, as vozes e memórias aliam força e coletividade, reafirmam a potência da agricultura familiar camponesa e o papel das lutas e sabedoria popular na trajetória contínua formativa e transformativa da sociedade.

A Reforma Agrária Popular proporciona a redistribuição de áreas do campo que têm a função social em teoria e práxis, somando-se à construção de uma mandala solidária, coletiva e infinita na luta por melhores condições e de desenvolvimento sustentável. É com muita ousadia e coragem que os sujeitos do campo se organizam e resistem lutando por transformações e, ao mesmo tempo, identificando as teorias e práticas que são indissociáveis na essência, trajetória e historicidade do campesinato.

O Assentamento Rio Bonito é memória, ancestralidade e pertencimento para as várias famílias que escolheram ali viver, ter vida e também dar vida. O Assentamento passou por todas as etapas e fluiu como a água corrente de todas as nascentes construtivas, consciente e em constante evolução, dando vida à área denominada Rio Bonito. Trata-se de uma comunidade que acolheu, respeitou e construiu junto todas as transições em busca de uma área de bem viver.

O Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias

surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. Estas visões pós-desenvolvimentistas superam as correntes heterodoxas, que na realidade miravam a “desenvolvimentos alternativos”, quando é cada vez mais necessário criar “alternativas de desenvolvimento”. É disso que se trata o Bem Viver (Acosta, 2009, p, 70).

Narrativas de enraizamento do antes, durante e após a instalação do Assentamento se fazem necessárias compondo registros, relatando de fato toda a historicidade por parte dos sujeitos que vivenciaram, vivenciam e detêm todas as memórias das lutas, retrocessos, avanços, reconstrução e construção da comunidade.

A historicidade que envolve e conta desde o início do Assentamento é de muita luta, resistência, sobrevivência e pertencimento.

MINHA CIRANDA

Essa ciranda não é minha só

Ela de todas nós

Ela de todas nós

A melodia principal quem diz

É a primeira voz

É a primeira voz

Para se dançar ciranda

Juntamos mãos com mão

Formamos uma roda

Cantando essa canção

Cantando essa canção

Cantando essa canção.

(Lia de Itamaracá)

Até que o latifúndio notou a riqueza da área e visualizou o lucro que obteria com uma grande abrangência. A partir daí, iniciou-se a luta dos camponeses pelo direito de permanecerem na sua comunidade de origem, pois o que antes era uma área pública, entendida como do Estado, com as várias forças políticas em disputa, passou a ser uma fazenda de um único latifundiário, detentor de todos os mandos e desmandos que viessem a calhar no seu objetivo principal, que era usufruir de todos os benefícios de que a natureza dispunha e visando apenas ao capital.

Araújo (2023, p. 64) apresenta em seu Trabalho de Conclusão de Curso relatos do início do Assentamento Rio Bonito, que revelam conflitos marcantes entre posseiros e representantes do fazendeiro, Senhor Amador, evidenciando a luta pela terra como momento crucial para a construção da comunidade,

Segundo relatos dos moradores nascidos e criados no local, o senhor Amador, que virou o fazendeiro do referido local apareceu comprovando ser dono apenas de uma parte da terra, foi a partir daí que começou a grande luta de resistência por permanência por parte dos posseiros. Pois iniciaram-se ameaças e expulsões, os capatazes do fazendeiro usavam de força maior afetando diretamente cada um dos posseiros. Chegavam em suas residências oferecendo pouquíssimo dinheiro por suas terras, os que concordavam com a proposta faziam acordo e os que não aceitavam impulsionavam um grande atrito que gerou muitas consequências, sendo elas até prisão. Os relatos apresentam que o Sr. Amador que virou dono da fazenda era, na verdade, uma espécie de grileiro, pois ele não apresentou nenhuma prova que as terras ocupadas pelos posseiros pertenciam a ele, e no final as fontes apontam que ele passou a exercer domínio como dono das terras (Araújo, 2023, p, 22).

Foram os vários retrocessos e retiradas de direitos dos que já possuíam pouco, mas que era suficiente para sobreviver, também tiveram o pouco que tinham retirado do seu domínio.

Quando o empresário Amador Alves de Souza comprou a Fazenda Órfãos do fazendeiro chamado Jacinto, passou a ocupar também as terras altas da região serrana, conhecidas pelo nome de Santaninha, que aparentemente não tinham donos e eram habitadas e cultivadas por posseiros chamados “os baianos”. A partir de então, os posseiros das duas áreas, que viviam de uma pequena renda da criação de gado e da agricultura de subsistência, começaram a enfrentar sérios problemas. O novo dono das terras, de acordo com depoimentos de moradores mais antigos da região, não permitia a permanência dos posseiros nas áreas e passou a expulsar os que não queriam vender as posses. Aos poucos, expulsando moradores de uma fazenda e

comprando posses de outra, Amador transformou as terras em uma só fazenda (França, 2014, p. 18).

Na época, viveram o terror da ganância do agronegócio, mas não tinham escolha. Se resistissem, automaticamente colocavam a própria vida em risco, pois não havia acordo e muitos tiveram seus humildes barracos queimados, sem direito a sequer retirar o que havia dentro – animais, roupas, alimentos, plantações –, sendo escorraçados à força. Perderam seu espaço de ocupação e carregaram consigo a cultura, a resistência e a vivência de todo o processo de antes, da então área que passou por várias fases: a terra sem dono, a terra de apenas um proprietário e a terra dos sem-terra, como é conhecido quando se relaciona ao Vão dos Órfãos. Poucos permaneceram, na condição de trabalharem para o fazendeiro e, em troca, terem onde morar e o que comer, ou seja, permaneceram ali sem alternativas e lutando para viver.

Passaram-se os anos e a área que era virgem já não era mais a mesma, como também não era mais tão desconhecida na região. Afinal, era a área de todo um conflito estrutural, e que mostrou de forma impactante as desigualdades, a falta de políticas públicas, a falta dos Direitos Humanos, escancarando a ambição daqueles que muito já detinham, mas que ansiavam sempre por mais, bem mais.

Desmatamentos, venda de madeiras, criação de bovinos: de tal forma foi se transformando a área de mata fechada em extensos pastos com muita criação de gado. Por sua vez, a mata já havia se transformado, pois ela também lutava resistindo ao desmatamento e todo o impacto ambiental ocasionado pelas ações que eram realizadas no contexto de lucro da Fazenda Órfãos.

Aqueles que ali permaneceram, disponibilizando sua força de trabalho e os saberes de conhecimento sobre a área, espaços, possibilidades, contribuíram com as ações que transformaram a área por completo, resultando num grande impacto ambiental. Da área que era mata virgem e onde havia sujeitos que dali sobreviviam e em harmonia, passou a ser aquele espaço sem agricultura, sem agricultores e cada vez mais sem vidas.

Após muito sofrimento, os posseiros expulsos foram em busca por garantir alguns dos seus direitos. Houve pouco retorno, porém, abriu-se um debate sobre a necessidade de a fazenda vir a ser fruto da Reforma Agrária e por aí seguiu. Em dezembro do ano de 1996 o INCRA finalmente comprou a fazenda e transformou-a criando assim o assentamento de Reforma Agrária (Araújo, 2023, p. 22).

Assim, o principal projeto estabelecido para a fazenda ocorreu em ritmo acelerado, e a natureza já não possuía mais força. Com as várias intervenções do latifúndio, surgiu a especulação. A voz e desejo daqueles que dali foram retirados, depois de muita luta e transformações, não foram ouvidas, reconhecidas.

Obviamente não houve resistência do fazendeiro diante das especulações e possibilidade de desapropriação da área para direcionar à Reforma Agrária. Afinal, o objetivo principal do contexto da fazenda já havia sido cumprido, e ela já não dava o mesmo rendimento, já não era vista e tida como rentável, então a sua venda era uma opção almejada.

Logo, emergiu a ousadia de poucos em busca de direitos e qualidade de vida para muitos.

Em 1996, os posseiros moveram ação na Justiça reivindicando a transformação das terras em um Projeto de Assentamento (PA) rural nos termos da Reforma Agrária. Em 2001, os primeiros contratos com ocupantes da área foram assinados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que dividiu a área em 78 parcelas. Pelas terras do assentamento passam os rios Bonito e Santaninha e, na divisa sul, o Santo Antônio. As pessoas que tinham sido expulsas ou haviam se retirado da área para escapar da violência voltaram após a desapropriação das terras, e hoje muitas delas vivem no mesmo local onde nasceram e cresceram (França, 2014, p. 18).

As narrativas dos moradores mostram que, nos anos 1990, as políticas públicas eram praticamente ausentes, deixando os posseiros isolados e enfrentando dificuldades, como perdas de benfeitorias e animais, além do trauma de ficar sem moradia, ressaltando a resistência e a luta contínua para garantir a posse da terra (Araújo, 2023).

3.1 A criação do Assentamento

EU SÓ PEÇO A DEUS

Eu só peço a Deus,

Que a dor não me seja indiferente

Que a morte não me encontre um dia

Solitário sem ter feito o que eu queria.

Eu só peço a Deus,

Que a injustiça não me seja indiferente

Pois não posso dar a outra face

Se já fui machucado brutalmente.

Eu só peço a Deus,

*Que a guerra não me seja indiferente
 É um monstro grande e pisa forte
 Toda pobre e inocência dessa gente.
 Eu só peço a Deus,
 Que o futuro não me seja indiferente
 Se um só traidor tem mais poder que um povo
 Que esse povo não esqueça facilmente
 Eu só peço a Deus,
 Que o futuro não me seja indiferente
 Sem ter que fugir desenganado
 Para viver uma cultura diferente.
 (LEON)*

No ano de 1996, após muita usurpação, mas também muita luta e resistência, vários indivíduos representantes dos órgãos competentes se sensibilizaram e solicitaram a desapropriação do imóvel com o objetivo de transformá-lo em assentamento de Reforma Agrária por meio do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Isso seria uma etapa longa, que teve os processos necessários desde a vistoria, o processo judicial que tramitou na Superintendência Regional SR-04, em Goiânia, que iniciou todos os trabalhos da desapropriação. Porém, no ano seguinte, todos os processos passaram para a SR-28 DFE – Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno. Foram várias ações, mas que tramitavam muito lentamente na época.

O processo de desapropriação tramitou na 9a. Vara da Justiça Federal, em Goiânia, até o momento em que foi homologado o perímetro do PA – Projeto de Assentamento, e feito o reconhecimento dos posseiros. Não foi fácil identificar quem eram os reais posseiros de direito, uma vez que, devido a todo o conflito na época, a maioria foi despejada ou se transformou em força de trabalho.

Com a desapropriação, aproximadamente em 1997 os posseiros que haviam sido expulsos puderam retornar para a terra nativa como donos de suas parcelas. Cabe aqui a ressalva de que o conflito anterior permaneceu: antes da fazenda ser desapropriada, o fazendeiro Amador deu um pedaço de terra para cada uma das pessoas que trabalhavam para ele fazendo o papel de capataz, e ficando assim o INCRA com direito sobre o restante da terra. E essas pessoas que foram presenteadas pelo fazendeiro com um pedaço de terra permaneceram no local e acessaram também um lote da Reforma Agrária ficando assim em destaque com um espaço maior em comparação aos demais assentados (Araújo, 2023, p. 23).

Foi realizado o termo de acordo e as posses indenizadas, com o direito de receberem parcelas de assentamento, observados os critérios técnicos do INCRA, onde estivessem incrustadas suas benfeitorias, fato que não ocorreu conforme o acordo, prejudicando alguns posseiros. O Termo de Acordo foi realizado em 12 de junho de 2003 e homologado parcialmente em 27 de setembro de 2004.

Seguidos todos os processos de tramitação, o INCRA realizou novos contratos de assentamento, possibilitando a inclusão de mais famílias, e disponibilizou alguns créditos que possibilitaram que os indivíduos se reestruturassem de acordo com a realidade da época em que a área se encontrava. O parcelamento foi realizado mesmo com o PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento incompleto. Alguns lotes estavam em áreas montanhosas e de reserva ambiental, mas foi um grande avanço para aqueles que até então não tinham sua área disponível delimitada.

A maioria retornou para a mesma área que ocupava como posseiros, outros migraram para outras parcelas mais acessíveis e produtíveis, sim produtíveis, porque ali a terra já era considerada improdutiva, dadas as consequências dos impactos ambientais.

É na mesorregião Norte de Goiás que se encontra o Assentamento Rio Bonito-Órfãos, de 4.887 hectares, situado na microrregião da Chapada dos Veadeiros, cercado por morros e colinas, a 45 quilômetros da sede do município de Cavalcante, numa área onde se situava a Fazenda Órfãos. Antes da desapropriação dessa fazenda – processo iniciado em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) –, suas terras estavam ocupadas por posseiros (França, 2014, p. 18).

Foram aproximadamente oito anos de muitas reivindicações que duraram os trabalhos iniciais da desapropriação, devolvendo a área para fins de agricultura familiar. Logo, o INCRA emitiu os primeiros contratos de assentamento, na época sem parcelamento, sem PDA concluído e sem perímetro definido legalmente, dado o contexto. O INCRA, sob pressão, reconheceu a dura realidade das famílias celebrando os primeiros contratos de assentamento com os ocupantes do PA Órfãos, sendo assinados com os pré-assentados em 25 de outubro de 2001.

Após o longo processo de luta por desapropriação da área e o redirecionamento para os posseiros e os que se enquadravam como agricultores familiares no âmbito da Reforma Agrária, foi realizado o serviço topográfico por parte do estado, com o objetivo de atender ao projeto de assentamento com energia elétrica. Mas a situação ambiental

sempre trouxe prejuízos para o desenvolvimento da comunidade, no sentido de que qualquer intervenção poderia ocasionar grandes impactos.

Destaco que os sujeitos tiveram um papel essencial e necessário no processo de reconstruir a área abrangente para que, de fato, ela cumprisse o papel social. Pode-se dizer que a luta pela transformação da realidade foi desde a desapropriação da área. Os mesmos sujeitos que vivenciaram a área como mata virgem, por necessidade do sistema, foram mão de obra de destruição visando ao capital. Os mesmos sujeitos que passaram por todo o processo de muita luta, tiveram que lutar e lutam até os dias atuais reconstruindo e construindo alternativas sustentáveis que valorizem e impulsionem o desenvolvimento da área sem perder a essência e o sentido da natureza, enquanto espaço de bem viver, tendo a natureza como mãe amiga, possibilitando viver, produzir e evoluir sem danificar, e se reinventando de acordo com as necessidades e especificidades da comunidade.

A característica da área abrangida pelo Assentamento é conhecida pela diversidade e potencial, mas isso remete ao processo de luta e transformação da área, impactos ocasionados e a sua reestruturação.

No Rio Bonito, a terra é fértil e boa para o plantio. A comunidade é formada por 78 famílias. Distanciados da vida urbana, vivem da agricultura familiar e da criação de animais. O Cerrado, ainda muito preservado no Rio Bonito, tem espécies variadas como: pequi, cajuzinho do cerrado, mangaba, jatobá, araçazinho, baru, buriti, sucupira, pacari, pimenta-de-macaco, palmeira indaiá e outras. Na paisagem sobressai a palmeira indaiá e a comunidade faz múltiplos usos dessa espécie da sociobiodiversidade (Saraiva *et al.*, 2018, p. 2).

Transcorreram anos de lutas em busca de melhorias e políticas públicas, e o Assentamento foi vivenciando os avanços e realizando conquistas que vieram contribuindo para o desenvolvimento social, ambiental e econômico. Onde antes era uma área esquecida e pouca conhecida, hoje já existem escolas – municipal e estadual –, acesso à energia elétrica, internet, além de uma ponte com estrutura de cimento, pois a anterior era de madeira improvisada e foi levada por uma forte enchente.

Com a chegada da rede de energia elétrica, chegaram também os desafios devido ao desmatamento necessário na área para que fosse possível situar a rede. A área é composta por muitas serras, morros, e a característica principal é justamente a composição dessas áreas, que equivalem à diversidade da natureza, com árvores que ali resistiram, deram vida e contribuíram como pilares sustentando toda a área e sua diversidade. Para ter acesso à energia elétrica, foi necessário que a área sangrasse e

sangre continuamente, pois a defasagem do cerrado ocorre a cada árvore crescida que se aproxima dos fios da rede elétrica e a necessidade da retirada acontece.

A realidade do Assentamento já não é a mesma; são lutas, conquistas e desenvolvimento contínuo. Nesse contexto histórico, finalmente no ano de 2021, o Assentamento passou a ter acesso à energia elétrica, e aos assentados que moram em locais de difícil acesso foi fornecida placa solar.

Já no ano de 2022, foram realizadas visitas técnicas e finalmente regularizadas questões dos assentados que estavam com pendências perante o INCRA. A partir de então, todos passaram a ter acesso ao CCU – Contrato de Concessão de Uso, aguardando o acesso do título definitivo.

Em janeiro de 2023, das 72 famílias, apenas 44 tiveram acesso ao título definitivo, e as demais seguiram em processo de regularização junto ao INCRA, para que, tão logo pudessem, também recebessem o tão sonhado título. A partir de então, seguiram-se os avanços e conquistas para uma área tão carente de atenção e políticas públicas que atendessem ao desenvolvimento rural sustentável.

A situação evoluiu muito, com todos tendo acesso à energia elétrica (ou placa solar) e internet, porém começaram a aparecer resultados dos vários impactos ambientais que a área havia sofrido de forma brusca. E mesmo os assentados lutando e construindo cotidianamente a reestruturação, infelizmente até os dias atuais os resquícios aparecem de formas impactantes. Enchentes, ventania, raios, a força da natureza cada vez mais se manifestando na necessidade de repensar o fazer e as práticas, alcançar o desenvolvimento sem o planejamento específico da realidade de cada território e as consequências que podem ocorrer, causando impactos irreversíveis.

O Assentamento emergiu da necessidade da função social da área, do direito à Reforma Agrária e sobretudo na atuação do campesinato na necessidade de dar vida novamente à natureza, criando possibilidades para que ela se reproduzisse e emergisse toda a força e necessidade ao ambiente. E após longos anos, o trabalho dos vários sujeitos dando natureza à natureza de certa forma foi inativado, pois as várias árvores e nascentes que constituíam o Assentamento perderam força a partir de ações para que se construísse e evoluísse no acesso às políticas públicas e direitos humanos que viabilizem também o bem viver no campo.

Cabe lembrar que os camponeses, ao produzir na terra, estabelecem um conjunto de relação sociais. A história oral tem papel fundamental na construção da memória dos territórios camponeses, pois é a partir da oralidade que vai se dando fundamentos na memória local. É a

partir das narrativas vivenciadas e sua oralidade que vai se construindo a memória local. Nesse aspecto, a história oral propõe registrar e, portanto, propagar impressões, vivências, lembranças dos indivíduos que intenciona a socialização de sua memória com a coletividade, e dessa forma apresentam um conhecimento da experiência repleto de diferentes situações (Araújo, 2023, p. 51).

O percurso de pesquisa revelou uma história não dita anteriormente, que valoriza a luta e a resistência vivida pelos assentados, destacando o papel fundamental dessas experiências para a valorização da cultura e da produção local. Nesse sentido, observa-se a importância da memória oral e das narrativas para a valorização da história e cultura local, possibilitando acessar uma história não dita e suas vivências, valorizando a luta pela terra e a resistência do território.

No ano de 2025, o Assentamento Rio Bonito está em constante construção e também resistência: há estradas, pontes, energia, internet, mas há também os vários desafios diários no processo do fazer agricultura familiar camponesa raiz. Resiste o contexto da necessidade de reafirmar práticas necessárias para o desenvolvimento sustentável e a permanência dos saberes e fazeres que constituíram o Assentamento e alimentaram e foi alimentando tanto os sujeitos, meio ambiente e seus papéis na construção da diversidade do território, de antes até os dias atuais.

4 O DIÁLOGO DE SABERES: AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DOS ASSENTADOS DO RIO BONITO E OS ACÚMULOS PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A teoria sem a prática vira "verbalismo", assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

Os seres humanos nascem inconclusos, inacabados, vão se humanizando no decorrer da vida, a partir das experiências individuais, coletivas e sociais com as quais convivem e em que estão inseridos. Segundo Freire (1978), humanização e desumanização na história são possibilidades dos homens e mulheres como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão, e essa é a finalidade social dos processos de formação.

Os trabalhadores rurais, dentro da sua realidade e graças aos conhecimentos empíricos que têm do Cerrado, podem reforçar o sentido de pertencimento levando em conta as especificidades do lugar. Procura interpretar e analisar as múltiplas leituras que os assentados fazem dos ambientes biofísico e socioambiental e avaliar como interagem com esses ambientes. Para isso, foi necessário mapear os conceitos que os atores sociais possuem sobre o Cerrado, identificando e analisando as concepções dos moradores sobre o ambiente e suas relações com ele (França, 2014, p. 24).

A educação como formadora de sujeitos tem que estar enraizada na cultura, nos processos que constroem os sujeitos responsáveis e livres, capazes de refletir sobre suas práticas, ações e de se correlacionar.

A educação popular em Agroecologia se constitui pelos saberes oriundos das práticas dos trabalhadores e trabalhadoras para manter uma forma de vida humanamente viável, com a preservação de técnicas ancestrais, articuladas aos conhecimentos científicos e novos saberes construídos pelas experiências atuais que orientam formas originais de sociabilidade em relações sustentáveis na e com a natureza (Tardin; Travassos, 2021, p. 382).

Isso leva os sujeitos a construir processos identitários a partir das interações e diferenças presentes. Nesse sentido, vão se constituindo no contexto social em que vivem.

A relação entre Agroecologia e educação tem por centralidade o trabalho no campo, desenvolvido pelos movimentos e sujeitos sociais em luta na direção da emancipação social, comprometendo-se com a humanidade e seu futuro

– o que se relaciona com a defesa da vida e questões relacionadas à saúde e ao ambiente, em uma perspectiva de totalidade. Fundamenta-se, assim, nos pressupostos da Pedagogia Socialista, da Pedagogia do Movimento, da Educação do Campo e da Educação Popular, produzindo o diálogo entre o conhecimento (Dias *et. al.*, 2021, p. 19).

A convivência e partilha entre teoria e prática estimula e fundamenta a ação dos vários sujeitos, pois são os vários saberes constituídos, construídos historicamente e a atualidade que vão compondo no histórico, somando na essência dos saberes, sejam eles populares ou científicos. A sustentabilidade no campesinato significada na articulação entre desenvolvimento, respeito à biodiversidade, meio ambiente, tradições, saberes e fazeres, garantindo o equilíbrio entre os sujeitos que ali vivem, o ambiente e a natureza.

A educação em Agroecologia articula a natureza (ecossistema-agroecossistema-paisagem), o trabalho e a cultura, visando uma formação humana crítica-emancipatória-ecológica em contraposição à pedagogia do capital. Prima pelos princípios da proteção da vida, da promoção da saúde, da proteção ambiental, da solidariedade entre os povos, do respeito e valorização das diversidades – étnica, biológica, cultural, de gênero e geracional –, de respeito aos tempos e processos ecológicos e de valorização do cuidado com o outro. Pressupõe um diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico, havendo necessidade de partir sempre da realidade como princípio pedagógico, visando seu conhecimento para sua transformação (Sousa *et al.*, 2022, p. 361).

Os sujeitos do campo compõem uma diversidade social, cultural, territorial e ambiental, e contribuem diariamente com as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável e solidário, tornando o campo não apenas lugar de produção, mas também de muita identidade e partilha, formando a partir do trabalho coletivo o fortalecimento dos sujeitos na sua totalidade. As figuras a seguir refletem a essência da agricultura familiar camponesa na sua totalidade. O Capítulo 4 apresenta parte dos elementos do ser e do saber fazer no campesinato. A Figura 2 traz em arte o saber fazer e a sensibilidade no processo de resistência e sobrevivência a partir da sabedoria popular, mostrando uma fornalha que é mais que um fogão, é forma de produção sustentável desde o construir, os materiais utilizados, a intencionalidade e essência resultante – terra, barro, formato, estrutura, utilidade, conservação e cuidado com a vida a partir das possibilidades.

Figura 2: Fornalha

Fonte: Luana Rosa Araujo

Emerge a Agroecologia, que se constitui nos vários processos construtivos, formativos e em práxis, a materialidade nos vários espaços e tempos, o conhecimento construído na diversidade coletiva. A interação aos vários sujeitos tanto do campo teórico quanto científico é primordial nas práticas do conhecimento agroecológico, o conhecimento que, por sua vez, não é algo que já vem pronto, mas construído a partir da ação transformadora da sociedade, dada a interação social e o trabalho.

A Figura 3 retrata a natureza e sua temporalidade, onde o ser agricultor planta e colhe com suas raízes de sabedoria popular em prática.

Figura 3: Natureza



Fonte: Luana Rosa de Araujo

Portanto, a produção do conhecimento agroecológico abarca alguns princípios essenciais na sua práxis, sendo a relação entre as diferentes formas do saber práticas em torno da sustentabilidade, auto-organização e do trabalho coletivo em prática. São princípios que impulsionam os sujeitos a se perceberem também como detentores dos vários saberes e fazeres.

Figura 4: Semente crioula de arroz



Fonte: Luana Rosa Araujo

O saber agroecológico não é algo definido, está em constante construção, e isso se dá a partir da relação do ser humano com a natureza, a partir das práticas, manejo e o conhecimento adquirido durante a interação social. As comunidades tradicionais possuem uma conexão com a prática da Agroecologia e o campo teórico.

No plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta o futuro quando recupera o vínculo essencial entre a formação humana e a produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais pelos vínculos com novas formas de produção (Caldart, 2012, p. 263).

Com base nesse pressuposto dos sujeitos humanos em constante transformação, a trajetória e o histórico dos modos de produção presentes no Assentamento Rio Bonito carregam consigo muita ancestralidade e sabedoria popular há várias gerações, e que, em conjunto com a especificidade da área que abrange o Assentamento e os vários saberes, vem resistindo e se reestruturando continuamente.

Figura 5: Mandioca em fase de processamento



Fonte: Luana Rosa Araujo

Nesse contexto, a partir daqui apresento relatos do saber e fazer agroecológico presentes no Rio Bonito.

A abordagem direta permite ao entrevistador uma compreensão dos aspectos socioambientais nos quais a comunidade está envolvida. Os relatos do processo histórico da ocupação de Rio Bonito e Santaninha por posseiros (mais tarde, assentados) permitem uma reconstituição de parte importante do percurso que trilharam para conseguir uma parcela de terra e nela reproduzir seu modo de vida (França, 2014, p. 33).

A área é reconhecida por ser fértil e abundante, mas tudo depende da postura e respeito dos sujeitos com a forma como desenvolvem o bom uso da terra. Assim, todas as parcelas do Assentamento são compostas por características únicas e necessárias na agricultura familiar camponesa local, pois é a partir do observar e do fazer que permeiam as práticas dos saberes que ali se constituem e vão se enraizando. Dentre as principais características, a de maior destaque é o rio principal que percorre o assentamento. França destaca que:

O Bonito é o rio mais importante do assentamento. Passa em 53 das 78 parcelas e dá nome ao lugar. São tributários dele o Santaninha, que percorre 18 parcelas, e o Santo Antônio, que passa por sete. Além deles, há o córrego Capão Comprido e o Córrego da Cachoeira e inúmeras nascentes ainda não mapeadas. A água é um recurso abundante e de acesso relativamente fácil para a maioria dos moradores. As casas são abastecidas com água das nascentes, transportada por gravidade. O que limita o uso da água no desenvolvimento da produção local é a falta de recursos financeiros para a manutenção das lavouras com irrigação e para proteger do pisoteio do gado os rios e suas margens (França, 2014, p. 21).

Cada parcela tem uma especificidade, cada lote tem uma realidade. São 72 parcelas que compõem os diversos saberes, teoria e prática, que resultam na sustentabilidade ambiental, tendo como princípio a realidade do assentamento de antes, durante e a atualidade. Para Primavesi (1992), a Agroecologia implica um manejo do solo baseado em processos biológicos e físicos naturais, priorizando a saúde da terra em detrimento do controle químico-mecânico, buscando restaurar os equilíbrios naturais para garantir uma agricultura sustentável, economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente saudável.

Figura 6: Quintal produtivo



Fonte: Luana Rosa Araujo

4.2 Do viver ao fazer, do fazer viver

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção.

Paulo Freire

Para que não se esquecessem das suas histórias os camponeses usaram a história oral para construção de suas histórias de vida e lutas para que não fossem esquecidas. O território camponês é uma grande história oral, eles falam de suas lutas pelas terras e suas paixões pelo campo. A história oral e suas narrativas têm papel fundamental na construção das memórias dos territórios, é a partir dessas narrativas que vão preservando a cultura, os saberes e fazeres das comunidades e as lutas e resistências e assim passando adiante informação entorno da memória construtiva local e assim mantendo as narrativas diversas para que não se perca com o passar de geração em geração (Araújo, 2023, p. 49-50).

Terra, ar, água, vida, alimento, energia, saúde, fé, cultura, sabedoria popular e os sujeitos construtores do futuro, um pedaço de chão, muita sabedoria e respeito com a natureza, resultando em experiências únicas e históricas.

Os camponeses, seus saberes e fazeres e formas de se auto-organizarem são primordiais para o processo de coevolução. O saber da Agroecologia contribui para o desenvolvimento de um novo paradigma produtivo para mostrar que é produzir a partir da natureza e com ela e ela tem como princípio o cuidado e defesa da vida, a produção de alimentos saudáveis sem agredir o meio ambiente e consciência política e organizacional (Araújo, 2023, p. 61).

Arroz, feijão, café, amendoim, mandioca, batata-doce, banana, guariroba, gergelim, milho, abóbora, quiabo, jiló, maxixe, pepino, tomate, inhame, cará, gengibre, açafrão, cana, mamão, laranja, melancia, mexerica, goiaba, ingá, limão, jabuticaba, acerola, manga, pitaya, maracujá, lima, cajá-manga, pimenta, abacate, jaca, aves, suínos, bovinos, apicultura, piscicultura e os vários modos de fazer e viver na comunidade.

A Figura 7 demonstra a cultura da alimentação viável e sustentável. É possível viver do fazer no campo, desde que se respeite e valorize a ancestralidade e raízes que fortalecem o alimento a partir da terra, arroz, feijão, manga, mamão e pele de porco, soberania alimentar proveniente do fazer agricultura familiar camponesa.

Figura 7: Soberania alimentar



Fonte: Luana Rosa Araujo

As práticas agroecológicas no Assentamento Rio Bonito são fundamentais para a proteção ambiental, pois as parcelas que seguem esses princípios mantêm árvores nativas e frutíferas que protegem tanto as nascentes e os rios que ali percorrem, quanto os animais, a diversidade, os sujeitos e o desenvolvimento, evidenciando a importância da agricultura familiar camponesa sustentável para a comunidade e a base que a sustenta.

Conforme a Figura 8 representa, uma diversidade, um quintal produtivo com cores, sabores e potencialidades.

Figura 8: Diversidade



Fonte: Luana Rosa Araujo

O Rio Bonito é constituído dos vários saberes, fazeres, ancestralidade e diversidade, que constroem e se reestruturam, adaptando-se de acordo com o uso consciente do solo, percebendo o caminho e a forma correta de desenvolver as várias práticas de sustentabilidade.

Figura 9: Agricultura familiar camponesa



Fonte: Luana Rosa Araujo

A seguir, algumas das várias experiências existentes e presentes no Assentamento Rio Bonito.

POVOADA

Povoada

Quem falou que eu ando só

Nessa terra nesse chão de meu Deus

Sou uma, mas não sou só

Sou uma, mas não sou só

(Sued Nunes)

Marilene, 44 anos, nasceu e cresceu na comunidade do Assentamento. Ela relata:

Aqui na roça é o meu lugar, aqui a gente planta, colhe, tudo que a gente planta dá e com abundância, tais como, milho, feijão, banana, mandioca, horta e outros. Na roça temos que produzir de tudo um pouco. Aqui temos água que vem diretamente da nascente, muito boa. A gente preserva muito o lugar onde ela está, porque a água é a nossa vida, e sem ela a gente não é nada, então temos que preservar o que Deus nos deu, que é a água. Falo mesmo a verdade: é que a roça é a nossa raiz, é um lugar muito bom. Quem mora aqui não quer ir embora, e quem vai sempre volta, porque a nossa roça é muito boa e de tudo que a gente planta, colhemos, aqui temos a variedade. A época de a gente plantar as roças é nos meses de outubro e novembro, época do início das chuvas, milho, amendoim, melancia, abóbora. A época do plantio de horta é de maio para junho, na época de fazer os canteiros, preparar a terra para semear as sementes, alface, rúcula, tomate, cebolinha, para depois de nascida, a gente mudar elas para o local adequado. Aqui no quintal temos mandioca, abacate, guariroba, mamão, banana, jabuticaba, acerola, cana, temos muitas variedades de plantas que dão frutas, que na hora a gente até se esquece de citar algumas. Na época da chuva, a gente planta também o quiabo, jiló; na época da seca, pode plantar, mas tem que ficar molhando diariamente duas vezes ao dia igual à horta (Marilene, 2025).

Figura 10: Auto-organização do núcleo familiar



Fonte: Luana Rosa Araujo

Eleusa está no Assentamento desde 1999.

No lote 74 estamos há 18 anos. Aqui é difícil ter terra mecanizada, terra aqui é de todos. As nossas técnicas é limpar, plantar, cuidar, usar adubo da terra mesmo, adubo de gado, folhas, terra podre. Terra de beira de brejo, que é preta. misturo no adubo de gado e cinza do fogão e das roças para colocar nos canteiros da horta. Não temos muita variedade, temos mais é horta e plantas de casa (quintais produtivos): maracujá, chuchu, pepino, tomate, mandioca, abacate, manga, goiaba. Mas se plantar muito, perde porque é difícil para vender. Aqui temos umas vaquinhas, porcos, galinhas, mas trabalhamos mais com agricultura mesmo, roça de milho, arroz, feijão. A troca de saber sempre ocorre nas reuniões de final de mês, é muito produtivo e gratificante, porque a gente aprende trabalhar com a terra de várias formas. Para nós a coisa mais preciosa que temos é a natureza. Produzimos as coisinhas nossa, mas temos que deixá-la intacta sem estar desvalorizando a natureza, temos que ajudar ela a ser mais verde, mais forte. Aqui temos mina de água, que é cercada para que as criações não entre lá. Só o lugar da casa é limpo, o resto é tudo mata, porque é muito importante a conservação. Se começar usar

adubos químicos, a terra fica dependente e cada vez fica mais fraca, então temos que conservar, porque adubo químico estraga a terra e a nossa saúde, então é melhor usar os adubos que temos na natureza mesmo. Aqui mesmo temos uma terra que a gente pisa nela, chega ela é fofa. Agroecologia aqui é o sistema de produção entre o meio ambiente, nossos objetivos de assentados e garantindo nossa sustentabilidade e autonomia. É o nosso modo de mexer com a natureza, é nosso sustento, nossa vida. Se não tiver essas técnicas de cultivo, como vamos ter resistência? Temos que ter nossas técnicas, o nosso modo de viver. Nós, seres humanos, precisamos da Agroecologia, do meio ambiente, da natureza, precisamos da terra e ela precisa de nós, então a gente cuida dela e ela cuida da gente. Alimentação saudável, meio ambiente saudável é bom demais e muito gratificante para todos nós aqui do assentamento poder pegar uma fruta e comer sem medo. E conseguimos nos manter a partir do cultivo, essa é a renda da família: eu planto uma variedade, o vizinho planta outra e, assim, vamos compartilhando e é bom demais e faz parte da Agroecologia. Aqui todo mundo planta de tudo um pouco, principalmente roças, frutas. O importante é a gente não deixar a natureza morrer, é deixá-la viva, bonita e transpirando o ar puro para a gente (Eleusa, 2025).

Figura 11: Natureza em sua virtude



Fonte: Luana Rosa Araujo

A Figura 11 traz a essência do cuidado, práticas necessárias para desenvolver agricultura sustentável em harmonia do ser humano com a natureza.

Com relação à preservação da água e do meio ambiente, nós evitamos cortar árvores da beira do rio e preservamos as nascentes, também cercamos para evitar que animais fiquem pisando. Na roça nós plantamos milho, mandioca, feijão, horta, frutas, remédios para chá, e nem todos são plantados na mesma época. As hortaliças são plantadas depois das chuvas, por não ter uma cobertura adequada, enquanto as outras plantações podem ser plantadas no período chuvoso, e a forma de plantar é o tradicional, manualmente, tanto as roças quanto as hortas (Reisinha 2025).

A seguir, é possível visualizar vida do ser humano e a natureza, alimento ser humano e natureza, para muito além do alimentar, e sim a sabedoria, prática e resultados sustentável e solidário.

Figura 12: Milho verde *in natura*



Fonte: Luana Rosa Araujo

Assentada há aproximadamente 15 anos no Lote 50, Ezileide compartilha que a agricultura familiar dentro do Assentamento é boa, bem desempenhada.

Aprendi com meus pais, nasci e sempre morei na roça e estou sempre aprendendo. Nós planta cana, feijão, mandioca, gergelim, amendoim, frutas, horta, fazemos farinha. Aqui vamos uns pegando o conhecimento dos outros, uns sabe uns modos de plantar, outros já não sabe, aí vamos trocando o conhecimento e contribuindo um com outro e pegando técnicas antigas e atuais. Agricultura familiar aqui contribui com a autonomia alimentar, porque, às vezes, eu planto alguma coisa que o outro não tem, aí vamos trocando para não precisar comprar fora, então é uma economia que fazemos. Aqui as práticas mais usadas são as de agricultura, plantar milho, feijão, arroz, batata-doce, café, cana para fazer doce, mandioca para farinha. Muitos plantam umas coisas e outros plantam outras. A agricultura aqui é vista como um cultivo, a gente planta e colhemos, temos o nosso modo de vida, é a nossa resistência. Aqui o trabalho é coletivo, um vai ajudando o outro, fazemos mutirões, troca de saberes, troca de trabalho, é assim que funciona aqui. Para nós o quintal é muito bom, porque temos as coisas natural e melhora a nossa saúde, aqui usamos também os chás que contribuem na nossa saúde. Nós também estamos tentando estudar na escola dos adultos à noite. Estamos lutando para ver se consegue transporte, porque está difícil e é muito longe para andar a pé à noite, a distância de mais de 8 quilômetros (Ezileide, 2025).

Figura 13: Semente crioula de feijão



Fonte: Luana Rosa Araujo

Diversidade, sementes de resistência e caminho para uma agricultura familiar camponesa sustentável, cultura da produção e sua variedade não significam apenas uma semente, são veias de sabedoria e resistência que estruturam o viver e produzir para o corpo, mente, natureza e sociedade.

Aqui produzimos alimentos de uma forma diferente da convencional. As práticas usadas são os ensinamentos, como poda, adubação, entre outras. Aqui exercemos funções de aprendizado com conhecimentos antigos, que é eficaz e necessário para todos nós. Valorizamos a diversidade com alimentos saudáveis e nutritivos, esterco de gado, rotação de cultura, apicultura, piscicultura, avicultura e pequenas plantações orgânicas. É o nosso modo de vida. Aqui tem a troca de saberes, principalmente com os mais velhos. Solo sempre cultivado, protegendo e mantendo a umidade. Temos uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, na renda tem um valor maior comparado ao convencional e não contamina o meio ambiente (Claudeni, 2025).

O saber perpassa todo o processo dentro do produzir no campesinato: plantar, colher, fazer uso devido, conservar e partilhar.

Figura 14: Frutas orgânicas



Fonte: Luana Rosa Araujo

Maria Aparecida, do Lote 9, partilha a experiência das várias práticas agroecológicas presentes em sua parcela.

Destaque para a agrofloresta, com abrangência de um hectare e meio, composto por variedades de citrus, banana-maçã, prata, angola e nanica, abacate, acerola, maracujá, manga, goiaba, graviola, pinha, caju, coco-da-baía, melancia, mamão, jaboticaba, amora, e jambo vermelho. Além do sistema agroflorestal, a área é composta por uma ampla diversidade que constitui o quintal produtivo que ganha vida e raízes de resistência e ancestralidade rumo ao desenvolvimento sustentável e solidário (Maria Aparecida, 2023).

A Figura 15 dialoga com as práticas do fazer no Assentamento Rio Bonito, a cebolinha é alimento, farmácia nativa, saberes e fazeres, sustento e semente de uma vida contínua e da ancestralidade.

Figura 15: Cebolinha branca e roxa



Fonte: Luana Rosa Araujo

Geraldo, Lote 55, sabe a época exata de plantar.

A época mais arrochada é de outubro, novembro e dezembro. Milho, arroz, abóbora, melancia, cana, rama de mandioca, que é bom plantar nas primeiras chuvas, que aí pegam um desenvolvimento bom antes da seca. Novembro e dezembro varia, o plantio de arroz, por exemplo, se for de 5 meses deve ser plantado em novembro, se for de 3 meses deve ser plantado em janeiro, para não dar colheita com chuva. Amendoim-cavalo por exemplo, que é o do caroço grande, tem que ser plantado na lua cheia no final de dezembro, porque, como ele demora de 4 a 5 meses para dar, aí planto em dezembro para colher ele na seca, porque se ele granar no período de muito sol, ele chocha muito. O quintal vem passando de geração em geração. Hoje a gente quase não fala em quintal, e sim em agrofloresta, que é uma coisa excelente, muito bom, plantamos de tudo e tudo tem sua utilidade, e faz parte de conservar e fortalecer o meio ambiente, inclusive o meu eu não dou conta nem de dizer as variedades, porque são muitas, e eu acabo esquecendo algumas. Feijão-roxo, preto, amarelo, roxinho, carioca, roxinho, fraquinho, jaulinha, jaulão, fogo na serra. Feijão-roxo, como ele é de cipó, ele deve ser plantado no meio da plantação de milho. Quanto o milho estiver granado, a gente limpa e planta o feijão, que aí ele sobe no filho e as bajas não dão perca. Hoje em dia aqui no assentamento mudou muito as coisas, muito insetos, aí não damos conta mais de plantar grandes roças como antigamente. Por isso, muitos estão

escolhendo trabalhar com pastagem, porque os terrenos são pequenos, não tem espaço para rodar máquina para fazer grandes plantio. Aí, quem já está com a idade avançada, a melhor opção é mexer com gado, que não requer tanto esforço físico. A forma de fazer roça do sustento dificultou muito. Antigamente a gente fazia roça, trabalhava nela de 3 a 4 anos, aí saía dela e fazia em outro lugar. Com isso, a roça anterior virava capoeira novamente, com 12 anos já estava uma mata novamente, aí fazíamos rodízio. Hoje não, hoje aqui no assentamento dificultou, porque não podemos mais fazer derrubadas, aí as roças ficam muito velhas no mesmo lugar e acaba dando muitas pragas e a produção perde força e diminuem (Geraldo, 2025).

Figura 16: Os muros que nos cercam



Fonte: Luana Rosa Araujo

O viver do campesinato tem cores, cheiros, formas próprias do território e o desenvolver dos guardiões da sustentabilidade.

Tenho uma roça pequena, agrofloresta, uns 200 pés de banana, cana. Antes eu plantava 100 litros de feijão, hoje planto 10, para tirar apenas o do sustento. Então, a forma do sustento cada vez dificulta mais, mais continuo insistindo, tenho cultivador, tobata, carpideira e vários outros que me ajuda com o manuseio. Tenho uma pequena roça, mas planto de tudo para a despesa. Outra questão que dificultou muito foi a questão de queimada. Antigamente podíamos roçar em agosto e

queimar em setembro, e outubro fazer o plantio Hoje não podemos mais fazer isso, porque o fogo pode sair da área e perder o controle, porque não existe aceiro para fogo, tem faísca que pula até 150 de distância de onde está o fogo, as coisas melhoram, evoluem para um lado e para outros acaba dificultando, porque para o pequeno agricultor a queimada é um dos pontos principais no processo de rotação de cultivo (Geraldo, 2025).

Figura 17: Quintal produtivo



Fonte: Luana Rosa Araujo

Nesse cenário de dificuldades, os moradores desenvolvem uma economia de subsistência, e a atividade produtiva nas parcelas de terra não é exercida por todos. Alguns não podem trabalhar por causa da idade avançada ou de problemas de saúde. E entre as pessoas que retiram sua renda da exploração da terra, algumas fazem isso de forma não sustentável, com a extração de madeiras nobres do Cerrado. No longo prazo, essa prática pode agravar o processo de degradação dos recursos naturais e o empobrecimento da comunidade, inviabilizando a permanência de futuras gerações na comunidade (França, 2014, p. 17).

Esses modos de fazer sempre existiram. A partir de manusear o solo, identificar suas necessidades, suas potencialidades, o uso consciente da biodiversidade e a

reprodução das várias práticas tradicionais, fortalecendo o desenvolvimento rural e sustentável, com o fazer diário da agricultura, reconhecendo o papel e a força da natureza como parte do movimento e se complementando. São os vários mínimos detalhes que fazem total diferença e constituem a essência do saber fazer no campesinato. Saber plantar, saber colher, saber em que época e como, saber para que e como usar exigem muita sabedoria, e ela parte da ancestralidade.

Figura 18: Produção de açúcar mascavo



Fonte: Luana Rosa Araujo

Coelly *et al.* (2018) afirma que o conhecimento tradicional diz respeito ao saber acumulado por comunidades rurais, quilombolas ou não, a partir da relação com o meio natural, constituindo parte do arsenal cultural que compartilham. São heranças culturais, tradições que formam parte do patrimônio cultural dessas comunidades, associadas à natureza. Esse conhecimento exige um aprendizado e um saber apurado da natureza.

Nesse sentido, a biodiversidade do Assentamento, o bom uso e o bem viver local procede do fazer agroecológico que sempre esteve em constância a partir dos sujeitos que dali pertencem e suas práticas. Isso diz respeito não somente aos modos de produzir agricultura, mas também aos modos de construir e produzir possibilidades

do viver, fazer e como fazer, levando em consideração os recursos naturais presentes, sua funcionalidade e a necessidade de saber usar sem deteriorar.

Figura 19: Sabores



Fonte: Luana Rosa Araujo

Território, terra, natureza, sensibilidade, sabedoria, respeito e energia que se conectam entre o campesinato e as possibilidades das várias produções. São práticas e ações que vão desde o cortar a lenha, a construir o fogão que irá produzir o alimento da forma que se deseja, em saber identificar o barro adequado para pintar o fogão à lenha e forno à brasa. Desde construir casas de pau-a-pique e barro a partir dos recursos naturais presentes, usar a perspectiva do solo, sua especificidade e saber fazer uso adequado a cada plantio em variedades, da auto-organização, de perceber as necessidades e possibilidades. Conseguir visualizar os resultados, os avanços e retrocessos a partir das práticas, em construir as várias possibilidades de produzir a partir da realidade.

Os assentados do Rio Bonito constroem e produzem a cadeia alimentar necessária à comunidade, a soberania alimentar resulta no saber, no fazer e na autoconsciência de responsabilidade e corresponsabilidade com o meio ambiente. E a partir de práticas do dia a dia, vão produzindo de forma sustentável de acordo com a especificidade de cada parcela, a rede de possibilidades do bem viver numa área de Reforma Agrária. A cesta da agricultura familiar contém alimento e vida em forma de cores e sabores e o enraizamento do saber tradicional.

Figura 20: Produção orgânica



Fonte: Luana Rosa Araujo

A sabedoria popular do Rio Bonito é permeada por toda ancestralidade, do meio ambiente, dos sujeitos que ali vivem e do modo de fazer, valorizar e praticar a constância da sustentabilidade local.

Figura 21: Açúcar mascavo



Fonte: Luana Rosa Araujo

Dessa forma, as práticas existentes no Assentamento desde sempre visavam à sustentabilidade. O que é dado como Agroecologia é, em síntese, a prática da sabedoria popular que vem cada vez mais perdendo força e lugar de prática devido aos avanços tecnológicos, levando em consideração máquinas e menos força de trabalho braçal, lucro e menos qualidade de vida, bens de capital e campos vazios e sem vidas.

Figura 22: Banana orgânica

Fonte: Luana Rosa Araujo

Na comunidade, entre os avanços e possibilidades, é notório que a agricultura familiar se faz presente e de forma diversificada e contínua, que os agricultores vivem e produzem vida a partir do saber fazer, da ciência popular e cultural. O local, atualmente Assentamento Rio Bonito, foi marcado por lutas, desafios, resistência, insistência e muita sabedoria popular. E é justamente a partir de todos esses princípios que o território sempre teve vida e resistiu ao dar vida. O respeito dos sujeitos com a terra, com o território vai muito além do fato de ser uma área de Reforma Agrária. Afinal, a Reforma Agrária foi necessária no local devido à necessidade dos sujeitos que ali sempre viveram, e gerações futuras no papel de viver a partir das possibilidades da área, dando-lhe função social e praticando os saberes e fazeres por sustentabilidade.

Figura 23: Milho assado na brasa



Fonte: Luana Rosa Araujo

O fazer local é construído com base no respeito à terra e na gratidão por ali e dali se poder viver com qualidade de vida. Para os assentados, o que dá vida ao Assentamento é justamente ser o que é, com as práticas que tem, valorizando os saberes e sujeitos, a cultura e historicidade do território, a liberdade de poder ser quem sempre foram e fazer e desenvolver práticas que perpassam o contexto histórico e fundamentam a comunidade.

Figura 24: Horta orgânica

Fonte: Luana Rosa Araujo

O enraizamento e manutenção das práticas da agricultura tradicional no Assentamento resistiram ao desenvolvimento da sociedade. Os sujeitos hoje assentados pela Reforma Agrária sempre trabalharam de forma tradicional com os princípios da sustentabilidade ambiental. Para eles, dado o contexto histórico, até os conflitos surgirem no processo de transformação do local em fazenda, as práticas e o modo de viver até então eram sustentáveis. Foram as ações que emergiram a partir da potencialidade do território e as várias forças políticas presentes na sociedade que fizeram todas as transformações e ocasionaram os impactos que estão presentes até nos dias atuais. Os sujeitos que ali sempre viveram retornaram com a necessidade urgente de recuperar a comunidade ao mais próximo do que era anteriormente, ou seja, dar vida ao território a partir de vidas e práticas que sempre foram os pilares sustentáveis fundantes do território.

Figura 25: Café torrado

Fonte: Luana Rosa Araujo

Cuidar do solo, da natureza, do meio ambiente, de tudo o que os compõe parte do pressuposto da sabedoria, do respeito e gratidão pelo território. Viver e fazer agricultura familiar camponesa exige muita insistência e persistência nas práticas e a função que elas têm no meio ambiente. Fazer agricultura familiar camponesa e sustentável vai muito além de ocupar áreas de Reforma Agrária, pois o modo sustentável do fazer e a consciência crítica do papel como sujeitos detentores dos vários saberes tradicionais e a responsabilidade e comprometimento em partilhar de forma contínua. São esses saberes que constituíram a comunidade, e a comunidade constituiu sujeitos socialmente críticos, conscientes e humanizados.

Figura 26: Laranja

Fonte: Luana Rosa Araujo

TÁ CAINDO FULÔ

*Tá caindo fulô
Tá caindo fulô
Tá caindo fulô eô
Tá caindo fulô
Lá no céu
Cá na terra
Ê caindo fulô*

(Dário Marques)

De acordo com as narrativas dos entrevistados e produções acadêmicas sobre o Rio Bonito, observa-se que a comunidade é permeada de uma diversidade de saberes e fazeres em prática única, porém partilham com os pesquisadores, demonstrando que a diversidade e o poder dos modos de fazer que possuem não foram impactantes e com papel importantíssimo no desenvolvimento e constituição do Assentamento, suas características próprias e resiliência constante. Quando para eles a prática dos quintais produtivos e o cuidado com a natureza como parte do processo

de vida e viver, tendo a partir da agricultura familiar camponesa acesso à soberania alimentar, disponibilizando-a para o campo e a cidade.

A característica da terra é argilosa, compactada, a cor varia de local para local, tem lugar que é preta, lugar que é vermelha, outros lugares que é branca. A terra tem muita matéria orgânica presente, há rochas cristalizadas, porém os assentados não fazem uso delas. O indicativo de solo de boa qualidade é a plantação viçosa, com boa produção sem uso de adubo químico, sendo as plantas utilizadas para observar a qualidade do solo local são banana, cana, mandioca, batata, entre outras (Araújo, 2023).

O CHÃO DÁ SE A GENTE PLANTAR

*O chão só dá se a gente plantar
Se a gente não planta o chão não dá
Mas o chão só dá se agente plantar
Se a gente não planta o chão não dá
(Carlos Magno)*

É notória a existência de práticas dos vários saberes e como eles se desenvolvem e reproduzem, enraizando-se no desenvolvimento da comunidade. Esse processo de evolução e coevolução se desenvolve de forma natural, dados os saberes e necessidades que emergem no viver e produzir no campo, tendo como princípios a sensibilidade de saber observar, identificar, desenvolver, partilhar e preservar, tornando uma realidade viva em constante evolução, cheia de saberes, narrativas, memória em práxis e os vários encantos do viver e saber viver diante da natureza e as possibilidades que emergem.

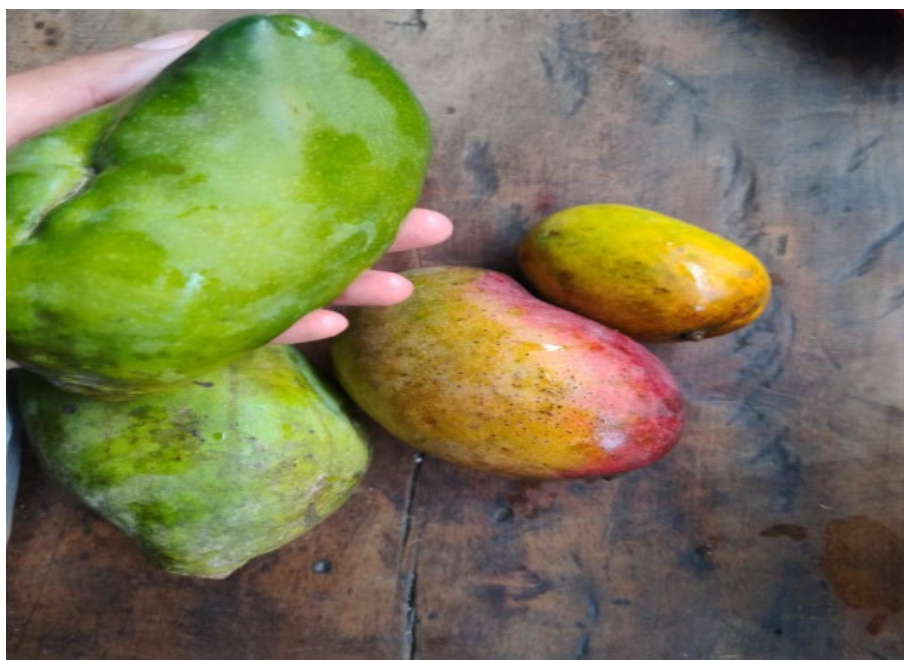
As práticas agroecológicas do Assentamento Rio Bonito se apresentam desde o viver, a forma do viver, o local, a relação do ser humano e a natureza, e a diversidade, produzir alimento e vida a partir do respeito a tudo o que compõe o campesinato. Folhas verdes, secas, podres, cascas, animais, solo, compostos necessários no campo e parte estruturante de produzir agricultura familiar camponesa raiz. Tempo, ação, testes, observância, práticas, resultados, uma completa mandala sustentável composta pela natureza e sua sabedoria. O sangue das veias que dá vida ao campesinato é a diversidade, a sabedoria popular e o respeito mútuo, cada um desenvolvendo o seu papel em prol da sustentabilidade.

Figura 27: Soberania alimentar, as possibilidades do quintal de casa



Fonte: Luana Rosa Araujo

Figura 28: Soberania alimentar, as possibilidades do quintal de casa



Fonte: Luana Rosa Araujo

Portanto, o diálogo de saberes é um processo dinâmico que valoriza a especificidade local, buscando integrar conhecimentos acadêmicos e práticos para fortalecer os agroecossistemas familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja forte a expropriação das terras, das culturas, dos saberes ancestrais e populares, dos valores, das migrações, do agronegócio e de outras mazelas brutais, as raízes da agricultura familiar camponesa são profundas, resistentes e persistentes (Aroucha *et al.*, 2023, p. 14).

O primeiro capítulo é desenvolvida a Introdução desta dissertação, em que apresentamos nosso objeto de pesquisa, o território estudado e sua história, além dos objetivos geral e específico, a justificativa e a metodologia.

O segundo capítulo se estrutura a partir do referencial teórico, aborda o diálogo de saberes, destacando o conhecimento popular e científico, e a importância que da construção de ações que visam à sustentabilidade. Onde a Agroecologia é compreendida em suas dimensões como ciência, prática e movimento que articula a auto-organização e a práxis que viabiliza a conservação da biodiversidade, valorizando os sujeitos, os saberes e sua ancestralidade e destacando como os verdadeiros guardiões populares da terra e da vida, reconhecendo a legitimidade e as contribuições para a transformação social. O referencial teórico destaca a importância dos vários sujeitos que vivem no e do campo, e o papel histórico na preservação e manutenção de modos de produção que tenha como base a sustentabilidade, a Educação do Campo como direito essencial e ferramenta de emancipação e a Reforma Agrária como uma política estruturante que garante o acesso à terra e a função social. Destaca-se que Agroecologia, a Educação do Campo e a Reforma Agrária promovem o direito das comunidades e fortalecem a diversidade como um projeto de transformação social e valorização da cultura. A Reforma Agrária e a Educação do Campo são direitos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, como um projeto que valoriza a cultura e o respeito à natureza, garantindo um equilíbrio.

A intersecção de Reforma Agrária, Agroecologia e Educação do Campo apresenta o projeto de sociedade com justiça social, soberania alimentar e sustentabilidade, reforçando a importância de que a função social da terra seja de fato garantida. Situa a luta pela democratização de um modelo de desenvolvimento que tenha como prioridade a vida, a terra, a natureza, os saberes, a prática social e não o lucro, promovendo o cuidado com a terra e a valorização da educação, cultura e

Agroecologia como um projeto de transformação social que garanta dignidade e autonomia para os sujeitos do campo.

O terceiro capítulo apresenta a narrativa histórica, social e afetiva sobre o processo de transformação da área hoje denominada Assentamento Rio Bonito, cuja base é a agricultura familiar camponesa. A partir dos saberes tradicionais e muita resistência, apresentando questões que situam o Assentamento como mais que um território, mas também memória, luta e reconstrução coletiva. A Reforma Agrária Popular, articulada à função social da terra com raízes estruturantes, tais como a Agroecologia, a valorização da cultura e a importância da Educação do Campo no contexto da realidade do Assentamento. A partir da pesquisa e memória, com narrativas dos vários sujeitos que constituem a comunidade, que carregam consigo vivências que dão vida e fortalecem a identidade do Assentamento, reafirmando que a resistência do campesinato sempre se fez presente e em constante resistência.

A criação do Assentamento Rio Bonito possibilitou o acesso à terra para trabalhadores moradores do município de Cavalcante, Goiás, e demais estados, num processo burocrático que teve início ainda com os posseiros, e durante a invasão e transformação em fazenda, e o redirecionamento da área para Reforma Agrária. Todo o contexto trouxe consequências às relações sociais e econômicas dos posseiros, exigindo ações do ponto de vista econômico, social e político. As peculiaridades, lutas e resistência evidenciadas pelos assentados protagonizaram histórias e memórias que constituíram a historicidade da comunidade. Logo, esta pesquisa compartilha as histórias de vida e as narrativas de memórias dos assentados do Rio Bonito.

O quarto capítulo trata das experiências dos sujeitos que vivem no Assentamento, identificando, resgatando, valorizando e documentando, para que esses saberes permaneçam entre o antes, o agora e o futuro, destacando a importância do saber e do fazer no campo, com hábitos que visam à sustentabilidade ambiental e a manutenção da Reforma Agrária como função social, possibilitando autonomia e soberania aos sujeitos camponeses.

Coelly *et al.* (2018) afirma que “conhecer a natureza por dentro” é base do conhecimento agroecológico. Saberes e fazeres acumulados por comunidades tradicionais têm em sua essência o conhecimento da Agroecologia: para produzir é preciso conhecer bem a natureza. Reconhecer de forma sistematizada os usos tradicionais sobre espécies do Cerrado pode trazer contribuições para o conhecimento agroecológico dos assentados do Rio Bonito e para outros assentados rurais.

A luta pelo direito à terra possibilitou que os assentados percebessem o Assentamento como um espaço de vivência e sobrevivência, uma vez que se sentiram mais fortes, unidos e se perceberam através das lutas vivenciadas como sujeitos sociais em busca de transformação social e equidade.

A Educação do Campo é uma rede estruturante na manutenção, preservação e memória ativa dos saberes e fazeres que fazem parte do território, a partir da práxis com os princípios, de acordo com a cultura local e as raízes históricas e culturais do território. A Educação do Campo no Assentamento Rio Bonito equivale a trieiros e águas correntes em constante presença, com raízes fundantes, lutas e ancestralidade que constituem a característica do território em questão e preservam a essência ancestral.

A pesquisa resultou na identificação dos vários saberes e fazeres agroecológicos dentro do Assentamento, possibilitando visualizar ainda que a diversidade das várias práticas, em sua maioria, passa despercebida devido ao significado que representa o território e o papel que ocupa na agricultura familiar camponesa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, partindo do pressuposto do objeto de pesquisa, o problema de pesquisa e sua intencionalidade, nota-se que, a partir do diálogo de saberes e sua estruturação, chegamos ao objetivo central da pesquisa, que vai ao encontro do problema da pesquisa, apresentando aportes reais a partir das práticas presentes no dia a dia dos agricultores locais.

A dimensão do saber fazer vai muito além da estrutura que compõe a realidade e suas raízes estruturantes, pois emerge cientificamente e empiricamente no cotidiano e nos pilares que estruturam e dão vida e resistência ao território.

Para muito além de ali viver, é preciso sensibilidade para as práticas viáveis que resultam em um desenvolvimento sustentável que enriquece a comunidade, favorecendo as potencialidades agroecológicas e o bem viver a partir delas.

A partir da pesquisa e memória dos agricultores camponeses, visualizamos a diversidade existente, presente desde o saber fazer ao bem viver e às múltiplas possibilidades resultantes.

REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, J. T. Direitos humanos. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 225-231.
- ALVES, L. N.; ASSUNÇÃO, I.; PAZ, T. Diversidade sexual e de gênero. *In*: DIAS, A. P. *et al.* (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 315-319. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.
- ARAUJO, L. R. **Memória oral em documentário**: resistência, cultura, saberes e fazeres na comunidade Assentamento Rio Bonito, Cavalcante - Goiás. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2023.
- AROUCHA, E. P. T. L. *et al.* Agricultura familiar camponesa: quem tem raízes profundas, sobrevive às ventanias, **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 17, p. e172306, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/opara/article/view/20587>.
- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 29 de jun. 2025
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República: [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jul. 2025.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.
- CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. Agricultura camponesa. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 28-34.
- CASSARINO, J. P. *et al.* Soberania alimentar: proposta da via camponesa para o sistema agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 4454-4466, 2018. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/532>.
- COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 115-122.
- COSTA, F. A.; INHETVIN, T. **A agropecuária na economia de várzea da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2000.

DIAS, A. P. *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021.

FRANÇA, A. V. V. **Leituras e compreensões de cerrado pela comunidade do assentamento de Rio Bonito, em Cavalcante, Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 750-757.

GAIA, M. C. M.; ALVES, M. J. Transição agroecológica *In*: DIAS, A. P. *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 771-777.

GOMES, J. C. C.; ASSIS., W. S. (org.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. (Coleção Transição Agroecológica ; 1). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/976383/agroecologia-principios-e-reflexoes-conceituais>.

GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83.

GUHUR, D. M. P.; SILVA, N. R. Agroecologia. *In*: DIAS, A. P. *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 59-73.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf.

LEITE, S. P. Assentamento rural. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 110-114.

MACHADO, L. C. P. Agrobiodiversidade. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTINS, A.; NUNES, D.; GASPARIN G. Reforma agrária popular *In: DIAS, A. P. et al. **Dicionário de agroecologia e educação***. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 635-642.

MELO, T. S. Breves reflexões sobre campesinato e cultura. **Fragmentos de Cultura** – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 526-536, 2023. Disponível em:
<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12039>.

MENASCHE, R; ALVAREZ, M; COLLAÇO, J. Introdução: alimentação e cultura em suas múltiplas dimensões. *In: MENASCHE, R; ALVAREZ, M; COLLAÇO, J. (org.). **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos***. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 7-25.

MOLINA, M. C. A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. *In: SANTOS, C. A. (org.). **Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação***. Brasília: MDA/INCRA, 2008. p. 19-31.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do campo. *In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 326-333.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. *In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 67-73.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. *In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 34-42.

NOGUEIRA, M. Povos e comunidades tradicionais *In: DIAS, A. P. et al. **Dicionário de agroecologia e educação***. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 603-609.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. *In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro***. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 85-103.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Ambiente (meio ambiente). *In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 96-105.

PRIMAVESI, A. **Agricultura sustentável: manual do produtor rural**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, D. A. O.; LOPES, H. R. (org.). **Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2020.

SARAIVA, R. C. F. et al. Produtos da sociobiodiversidade: o coco indaiá e o conhecimento tradicional sobre conservação e manejo. *In: CONGRESSO LATINO-*

AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018; CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10., 2018; SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 5., 2018. Brasília: ABA. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/839>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, C. E. M. Sustentabilidade. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 730-734.

SILVA, C. E. M. Desenvolvimento sustentável. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 206-211.

SOUSA, R. P. Agroecologia e Educação do Campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, , n. 140, p. 631-648, 2017a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NVYdW7qx7dNfFNC9fS9FQKK/?format=pdf&lang=pt>.

SOUSA, R. P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 28-33, 2017b. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n2/v69n2a11.pdf>.

SOUSA, R. P. *et al.* (org.). **Agroecologia**: diálogos entre ciência e práxis em agroecossistemas familiares na Amazônia. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

STÉDILE, J. P. Questão agrária. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 641-646.

STEDILE, J. P. Reforma agrária. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012b. p. 659-668.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional (1500-1960). São Paulo: Expressão Popular, 2005a. v. 1.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda (1960-1980). São Paulo: Expressão Popular, 2005b. v. 2.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005c. v. 3.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TARDIN, J. M.; TRAVASSOS, R. Educação popular em agroecologia *In*: DIAS, A. P. *et al.* (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Expressão Popular; São Paulo: EPSJV, 2021. p. 375-383.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TOURINHO, R.; PORTELA, G. **Agroecologia é alternativa para cultivo agrícola mais sustentável**. Icict/Fiocruz, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2016/02/agroecologia-e-alternativa-para-cultivo-agricola-mais-sustentavel#:~:text=De%20um%20lado%2C%20>. Acesso em: 19 ago. 2025.

WEID, J. M. Um novo lugar para a agricultura. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 47-65.

ZANELLI, F. V.; BARBOSA, W. A.; CARDOSO, I. M. Metodologias emancipatórias *In*: DIAS, A. P. *et al.* (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Expressão Popular; São Paulo: EPSJV, 2021. p. 489-498.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

“ASSENTAMENTO RIO BONITO E O DIÁLOGO DE SABERES: CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM UMA ÁREA DA REFORMA AGRÁRIA”.

Pesquisa realizada pelo/pela: _____, RG nº: _____ Órgão emissor: CPF: _____ telefone (DDD): _____ endereço eletrônico: _____

orientada pela/pelo Professor(a): _____ da Universidade de Brasília (UnB).

A pesquisa objetiva documentar narrativas oral entorno da história do Assentamento Rio Bonito e as práticas agroecológicas existente na comunidade, no município de Cavalcante Goiás.

Os dados coletados compõem a dissertação exigida como trabalho de conclusão de curso, poderão ser utilizados por esta (e) para apresentação em eventos acadêmicos, científicos e didáticos, e encaminhados para publicação, tanto na área de educação, quanto em áreas afins.

As(os) participantes da pesquisa a respondem de forma voluntária e são livres para, a qualquer momento que desejem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem-se a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo a elas/eles mesmas/os e à pesquisadora.

Eu, _____

Carteira de identidade nº _____ telefone: _____

Declaro que li este documento e quadro-síntese da pesquisa. Entendi os propósitos da pesquisa e sinto-me esclarecida (o) a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre.

Assinatura: _____

Data: _____

APÊNDICE 2 – QUESTÕES NORTEADORAS

Questionário 1

- 1- Como era o local antes de vir a ser assentamento?
- 2- Quando foi criado o assentamento?
- 3- Quais foram às lutas e resistências enfrentadas no início durante a criação do Assentamento?
- 4- Qual a principal característica do assentamento?
- 5- Quais modos de produção no início e as transformações até os dias atuais?
- 6- Quais as principais manifestações da cultura local?
- 7- Quais foram os primeiros assentados?
- 8- Quando foi criada a associação do assentamento e quem foi o primeiro presidente?
- 9- Quais são os saberes medicinais?
- 10- Como foi o processo formativo(escolar) no início até os dias atuais?

Questionário 2

Agricultura familiar camponesa e suas práticas no Assentamento Rio Bonito.

Nome Completo:

Número do lote:

Há quanto tempo é assentado(a)?

Houve mudanças de um lote para outro?

1-Para você o que é Agroecologia? Como você define Agroecologia dentro do assentamento?

2- Quais são as fontes de conhecimento utilizadas pelos assentados para desenvolver a produção da agricultura familiar camponesa? Quais práticas são mais utilizadas?

3- De qual forma o conhecimento tradicional e o conhecimento técnico se combinam nas atividades do assentamento?

A Agroecologia tem contribuído para a autonomia alimentar e econômica das famílias assentadas? De que forma?

4- Quais práticas agroecológicas são mais utilizadas no assentamento e como elas foram construídas ou adaptadas?

Quais as práticas de agricultura familiar camponesa sua família exerce?

5- A Agroecologia no assentamento é vista apenas como técnica de cultivo ou como um modo de vida e resistência?

6- Como o assentamento organiza o trabalho coletivo em torno da produção, existe troca de saberes entre gerações dentro da comunidade? Como isso acontece?

7- Quais práticas agroecológicas são utilizadas na produção (adubação orgânica, agrofloresta.)?

Que cuidados são tomados com o solo, a água e a biodiversidade?

Como são manejadas as sementes (uso, troca, conservação)?

8- Quais os principais resultados percebidos com a Agroecologia, na alimentação, renda, saúde?